

ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 15-9-2021.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Claudio Janta, Fernanda Barth, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 367/21 (Processo nº 0867/21), de autoria de Giovane Byl; o Projeto de Lei do Legislativo nº 366/21 (Processo nº 0866/21), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino. Também, foi apregoado o Ofício nº 2131/21, do Prefeito, encaminhando a Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 019/21 (Processo nº 0771/21). Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente: de autoria de Claudio Janta, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 027/20 (Processo nº 0066/20); de autoria de Hamilton Sossmeier, solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 230/16 e 231/21 (Processos nºs 2322/16 e 0598/21, respectivamente). Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00070/2021-94, por meio do qual é autorizada representação externa de Lourdes Sprenger, no dia quatro de agosto do corrente, em reunião da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilhas, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Jonas Reis e Cláudia Araújo. Na oportunidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 022/21, discutido por Claudio Janta, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Leonel Radde e Daiana Santos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mônica Leal e Moisés Barboza. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 166/20 e 108/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 007/21; em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/21, discutido por Aldacir Oliboni, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/21, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 174/19, 158/20, 019, 116, 134, 154, 170, 216, 241, 255, 272, 279, 295, 304, 307, 308, 311 e 084/21, este discutido por Laura Sito, os Projetos de Lei do Executivo nºs 020, este discutido por Jonas Reis, 021 e 024/21 e os Projetos de Resolução nºs 006, 026, 036, 037, 038, 032/21, este discutido por Cassiá Carpes, 039 e 041/21, estes dois

discutidos por Pablo Melo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. Às dezesseis horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21 (Processo nº 0572/21), após ser encaminhado à votação por Lourdes Sprenger, Pedro Ruas, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Roberto Robaina, Idenir Cecchim e Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Na ocasião, em face da aprovação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/21, o Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 03. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e ONZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 231 e 203/21 (Processos nºs 0837 e 0708/21, respectivamente). Foi aprovado requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 215/21 (Processo nº 0776/21). Foi aprovado requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 236/21 (Processo nº 0885/21). Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/18, o qual, após ser discutido por Pedro Ruas, Laura Sito, Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Leonel Radde, Bruna Rodrigues, Comandante Nádia, Daiana Santos, José Freitas, Claudio Janta, Roberto Robaina, Mauro Zacher e Jonas Reis e encaminhado à votação por Felipe Camozzato e Ramiro Rosário, teve sua votação suspensa, em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Às dezoito horas e quarenta e três minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Márcio Bins Ely, Laura Sito e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos, solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Há quórum. Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Aprego processo SEI nº 017.00070/2021-94, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que solicita representar esta Casa na reunião da Comissão Municipal dos Festejos Farroupilhas, em Porto Alegre, no dia 04 de agosto de 2021.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, ilustre vereador que preside hoje esta sessão; vereadores, vereadoras, público que nos dá a honra de suas presenças. No dia de hoje, é muito importante salientar algo que está ocorrendo para além das fronteiras da nossa capital. Aqui no Município de Charqueadas, onde nós temos uma das unidades industriais da Gerdau, há, nesse momento, vereadores, vereadoras, público que nos dá a honra pela TV Câmara, uma grande preocupação, porque o Sindicato dos Metalúrgicos, o seu presidente, o Luizão, tradicional guerreiro, lutador das causas dos trabalhadores, estão ocupando o local, estão ocupando com justiça, porque a Gerdau, essa multinacional poderosa, e que, há muitos e muitos anos, recebe verbas públicas de toda a ordem, de toda a natureza, inclusive aqui do Fundopem, ela simplesmente promoveu a redução do salário de seus trabalhadores. É o que ela está propondo, é o que ela está fazendo, e o sindicato está ali, lutando pelas trabalhadoras, pelos trabalhadores, ocupando o local. E acho que toda a sociedade do Rio Grande, começando pela capital, tem que tomar conhecimento do que acontece ali neste exato momento. Contem conosco, metalúrgicas e metalúrgicos de Charqueadas, assim como de todo o Estado. Sigam na sua luta, vocês têm o nosso apoio.

Eu quero mudar de tema, Presidente, para referir novamente o que nós falamos aqui - eu e V. Exa., e outros vereadores, vereadoras e vereadores - sobre o chamado projeto dos franceses. Ouvei o pronunciamento de V. Exa., eu também me manifestei, Ver. Idenir Cecchim, e acho que isso tem uma importância gigantesca na nossa sociedade. Nós temos uma legislação moderna, uma legislação atual, que limita em até 2.500 m² a construção de estabelecimentos comerciais, e essa legislação é modelo, referência, paradigma para outras tantas cidades do nosso Brasil. Nós mesmos

tivemos esse modelo em Buenos Aires, buscamos de lá essa forma de procedermos aqui a possibilidade de construções. Mas o projeto, chamado projeto dos franceses porque tem relação com os interesses do Carrefour, altera essa realidade e vai permitir construções gigantescas, muito maiores. Está na pauta no dia de hoje, está correndo pauta, e nós não podemos aprovar este projeto em hipótese alguma nesta Casa. Em hipótese alguma, Ver. Pablo Melo, porque ele cria o projeto que revoga a lei anterior, da qual V. Exa. é um dos autores, o chamado projeto dos franceses – esse é o apelido dele, eu não lembro do número. Então, o que ocorre? Nós temos uma circunstância muito especial que é de que, e eu insisto nisso, Ver. Matheus Gomes, V. Exa. conhece o tema, conversou também com os minimercados, se esse projeto for aprovado, ou seja, revogada a lei anterior – a aprovação do projeto é a revogação da lei –, se for revogada a lei anterior, que regula, regulamenta, estabelece limites para construções comerciais aqui na nossa capital, nós teremos um verdadeiro caos, nós teremos uma tragédia atingindo o fechamento de minimercados, de pequenas casas comerciais elementares, e, por consequência, prejudicando a população de duas maneiras, a primeira: demitindo barbaramente, porque o minimercado, a pequena casa comercial consegue produzir muito mais empregos por metro quadrado do que a grande casa, do que a gigante; o segundo motivo triste é que são esses minimercados, essas pequenas casas comerciais, o armazém, o boteco da esquina onde tem ali o caderno de contas, são esses estabelecimentos que estão garantindo a sobrevivência de boa parte da população. Acreditem, eu tenho visto isso, e são eles que doam cestas básicas, são eles onde a pessoa pode ficar devendo. Imaginem um atacarejo desses gigantescos, como o do Carrefour, onde há impessoalidade absoluta, onde vão, com certeza, ter fim os minimercados porque não vão aguentar a concorrência brutal – não vão aguentar. Então, nós não podemos mudar a lei que está certa, que existe; essa destruição de legislação importante, séria, boa para a capital, nós não vamos admitir, não vamos. Eu tive a oportunidade de falar com o líder do governo Ver. Idenir Cecchim, tive a oportunidade de falar com várias vereadoras e vereadores da oposição e da situação, e vejo que esse projeto não tem ambiente para tramitar nesta Casa, e se tramitar como está fazendo, vai ser derrotado! É nossa obrigação com o conjunto da população, é nossa obrigação não permitir que se revogue uma lei justa, adequada e necessária para Porto Alegre. O que vem por aí, o projeto dos franceses, nesta Casa não terá guarida, com certeza. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos, registro a presença do secretário Cassio Trogildo.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e período de Pauta posteriormente. Após retornaremos à ordem normal. Em votação.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querido povo de Porto Alegre que nos ouve, nos assiste, acompanha esta Câmara em seus trabalhos. Nosso País vive o pior momento da sua trajetória histórica, os ladrões da Pátria operam na nação contra o povo trabalhador, eles querem aprovar mais uma reforma, a reforma administrativa, acabando com a qualidade no serviço público, precarizando as relações de trabalho, retirando o direito do povo de ter saúde, educação, segurança, na condição real que aquela mesma condição de recolhimento impostos. Só Porto Alegre recolhe R\$ 22 milhões diariamente e não entrega. Não entrega porque o prefeito Mello não faz concurso, faltam profissionais no HPS! As chefias de equipe estão tendo que chamar as pessoas, plantão em cima de plantão, para cobrir colega, cobrir a ausência. Gente, não tem servidor público em Porto Alegre, está faltando! E eles querem reforma administrativa para precarizar ainda mais o que já está precarizado. Professores é o que falta nas escolas municipais, não fazem concurso! O último concurso foi em 2014 – há 6 anos. Os neoliberais não se importam com a educação do povo! E não é só isso, aqui, ontem, ouvimos, nesta cidade, o prefeito Melo falar na rádio que não tem o que fazer com a Usina do Gasômetro, vai ficar na conta da Eletrobras, e vai ser privatizada junta do pacote do Bolsonaro. Claro, o Melo quer lavar as mãos da sua incompetência, Ver. Oliboni, nosso líder; da incompetência do prefeito em não garantir um patrimônio histórico da cidade na mão das porto-alegrenses, dos porto-alegrenses, porque o Melo não se importa com estes milhões de reais do povo que estão sendo investidos da Usina do Gasômetro, para ela ser vendida, provavelmente, a preço de banana, junto com a Eletrobras. Nós não aceitaremos que o patrimônio cultural e histórico desta cidade seja rifado, seja vendido, seja leiloado a preço de banana.

Nós também temos assistido à incompetência do prefeito no transporte público. Não é possível nós vermos essa falta de condição de administrar o transporte da cidade. Eles venderam a Carris, aprovaram aqui, acabaram com os cargos de cobradores e prometeram, nesta tribuna - eles prometem muito -, que a passagem não seria a mesma. A passagem continua a mesma. Os moradores de todos os bairros estão pagando o mesmo valor pela passagem. Que legal, não é? Essa é a chamada *fake news*. De novo, o povo de Porto Alegre caiu na *fake news*. A última foi em novembro, na eleição do Melo, quando ele disse que ia fazer diferente do Marchezan. Está fazendo a mesma coisa: promete A, entrega B. Essa é a realidade de uma cidade onde está ausente de governabilidade. Ela até aprova projetos na Câmara, essa gestão Melo/Ricardo Gomes, mas não produz nada novo. São quase nove meses de impotência, de incapacidade e de incompetência em construir o futuro, em planejar o futuro. Em compensação, o Diário Oficial, todo dia, tem nomeação de cargos de confiança. Eu quero fazer uma pergunta ao governo: o que vocês fazem com tanto CCs, se não entregam nada para a cidade? O transporte está na mesma, a saúde, na mesma, quase cinco mil pessoas procuram vagas na educação infantil de quatro a cinco anos, e não

tem. O que faz a secretaria de Educação Janaína? Está ganhando salário de secretária, acho que é R\$ 12 mil, há oito meses, e, até agora, não abriu uma vaga nova de educação infantil. O secretário Sparta, até agora, não entregou novos leitos nesta cidade. Eu não vi uma modificação na estrutura das farmácias. Então, está faltando trabalho. Sobram operários, sobram CCs, sobram nomeações e falta compromisso com Porto Alegre. Os compromissos partidários, esses acordos, essas reuniões de governistas, essas todas acontecem. Agora o que não acontece é o cidadão ir ao posto de saúde e conseguir ser atendido por um dentista, conseguir um clínico geral, conseguir um gineco, conseguir avançar nos seus direitos. O direito ao transporte está sendo negado. Votaram, na semana passada, uma parcela do pacote, e, até agora, não vi modificação nenhuma. Não entregam, só promessa, só garganta, só blá-blá-blá, cha-lá-lá para cima do povo, mas nós não aceitaremos. Nós não aceitaremos calados essa falta de responsabilidade com quem paga R\$ 22 milhões diariamente. O cofre está cheio, Melo, vamos botar a turma para trabalhar! Vamos botar a turma para trabalhar, seria uma boa, não é? Quem sabe o senhor coloca eles para trabalhar? Vamos ver, vamos aguardar, aguardar o próximo período. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver^a Laura Sito assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente em exercício Laura Sito, colegas vereadores e vereadoras; hoje eu venho a esta tribuna para fazer uma homenagem a um grande homem que foi vereador desta Casa e que estaria hoje completando 70 anos. Hoje um grande nome que passou por esta Casa estaria completando 70 anos: José Tarciso de Souza, ou, como todos o conheciam, o nosso querido Tarciso Flecha Negra. Nascido em 15 de setembro de 1951, na cidade de São Geraldo, no interior de Minas Gerais, Tarciso veio para Porto Alegre com 22 anos, para jogar pelo Grêmio, onde virou ídolo e permaneceu por 13 anos. Inclusive, hoje também é aniversário do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Talvez alguns não saibam, mas a entrada do Tarciso na política se deu através de um projeto social que ele montou na Zona Sul, em 1990, chamado Gauchito. O projeto funcionou por 10 anos, atendendo crianças de cinco a treze anos de idade, com a intenção de trabalhar o desenvolvimento motor das crianças, ajudando no desempenho escolar. Esse lado do social do Tarciso fez com que eu sempre me identificasse com ele. O contato com as crianças da periferia o fez entender as necessidades que elas tinham, e fez com que ele quisesse fazer mais por elas. Em 2008, iniciou a carreira política como vereador. Valorizava muito a educação. Um dos seus primeiros projetos obrigava ao fornecimento de material escolar a alunos carentes da rede municipal. A inclusão social da criança e do adolescente através do

esporte e da cultura sempre foi sua maior bandeira. Fez parte, inclusive, da CECE, comissão desta Casa.

O povo negro teve grande destaque em seu mandato com a lei do Museu da História e da Cultura do Povo Negro. Tarciso lutou pela construção do que, na visão dele, seria o símbolo do orgulho negro porto-alegrense. Tarciso não viu seu ideal se concretizar, mas nós, para homenageá-lo e reconhecer essa incansável luta, propusemos a alteração do nome do museu para Ver. Tarciso Flecha Negra, lei aprovada por esta Casa por unanimidade.

Outra luta sua era a alimentação saudável e a implantação da feira orgânica dentro do pátio da Câmara, que hoje recebe seu nome em condecoração. Podia citar diversos projetos dele, mas estou aqui para enaltecer o grande o ser humano que foi. Eu não tive o prazer de trabalhar com o Tarciso nesta Casa, mas sei que muitos colegas aqui tiveram, e que ele era conhecido por seu carisma, educação e boa convivência. Em sua homenagem pela passagem do seu aniversário no dia de hoje...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte?

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): Ver. Pedro Ruas, em liderança não cabe aparte.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Acho que é um caso especial.

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): Se a vereadora concede, por favor, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Muito obrigado, Ver.^a Laura Sito, no exercício da presidência, diretor Luiz Afonso; Ver.^a Cláudia Araújo, V. Exa. está de parabéns. Eu tive a honra de ser colega de S. Exa., Ver. Tarciso Flecha Negra, e, muito antes disso, seu fã. Como gremista, assisti a inúmeros jogos do Tarciso, tive grandes alegrias e tive a oportunidade de ser amigo dele, amigo, colega vereador e amigo, e contar tudo isso para ele. Eu quero só registrar que, além disso, ele é, em 118 anos de Grêmio, o atleta que mais vezes vestiu a camisa do Grêmio em jogos oficiais. Parabéns pela lembrança. Tarciso para sempre! Obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ver.^a Cláudia, eu queria cumprimentá-la e tenho certeza de que V. Exa. faz esta homenagem não por ter sido do mesmo partido que o Tarciso, mas pela pessoa humana que ele foi nesta Casa. Ver.^a Laura Sito, que feliz coincidência a senhora estar presidindo neste momento. O Ver. Tarciso Flecha Negra – veja bem o orgulho que ele tinha: Flecha Negra – foi a grande voz aqui no Parlamento não para defender, mas para exaltar a negritude, para exaltar aquelas pessoas que fizeram a história. O Tarciso, quando se dirigia à tribuna, Ver.^a Laura, em quase todas as vezes, a preocupação dele era com as crianças de Porto Alegre. A alma

do Tarciso é muito grande, e tenho certeza de que ele está olhando por nós, porque ele sempre quis o bem do Parlamento e o bem da cidade de Porto Alegre. Parabéns, vereadora, pelo seu uso da tribuna no dia de hoje e pela especificidade para aquele que teve uma alma fantástica: Tarciso Flecha Negra. Obrigado, Presidente.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Queria também, em nome da nossa bancada, nobre colega Ver.^a Cláudia, dar, em memória, este reconhecimento ao nosso ex-colega Tarciso Flecha Negra, um homem do bem, um homem que dialogava com uma certa tranquilidade com todos os segmentos da Casa. Também tinha causas importantes, como a da criança e do adolescente, e a questão da negritude. Ele conseguiu unificar a questão das causas do movimento negro, ele transitava com facilidade e se pautava pela questão humanitária. Se fosse algo que era importante para a vida, para o cidadão, para a cidade, ele, independente de estar na base do governo ou não, votava por essas causas. Então, neste dia, nada mais do que reconhecer esse legado tão importante e decisivo para a cidade. Ele, embora não fosse natural daqui, deixou boas lembranças e boas recordações de ações concretas para a cidade. Parabéns, um abraço especial da nossa bancada.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Parabéns, Ver.^a Cláudia, quero me associar a esta homenagem. Coincidentemente, o Tarciso foi meu colega tanto nesta Casa como naquele título memorável de 1977, que será relembrado agora, dia 25 de setembro, e que revigorou o Tarciso na sua história. Quero lembrar por que Flecha Negra. Porque, quando o América, do Rio, veio para um jogo no Olímpico com o internacional, porque o Internacional, naquela oportunidade, disputava o Campeonato Brasileiro no Olímpico também, o Tarciso ganhou na corrida do Pontes, zagueiro do Internacional. O que é que aconteceu? Chamou atenção de todo mundo, e o Grêmio foi lá e contratou o Tarciso, pela sua velocidade, pela alternativa de contra-ataque e de jogada fulminante, o que aconteceu durante muitos anos com o Tarciso jogando com a camisa gremista. Foi um dos jogadores que mais usou a camisa gremista. Então, nada melhor do que lembrá-lo. O Tarciso foi, sem dúvida, um exemplo de quem venceu barreiras e que foi adotado pelo Rio Grande do Sul, adotado por Porto Alegre, já que ele era carioca. Parabéns pela lembrança, vamos comemorar, porque o Tarciso merece. Um abraço.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Vereadora, quero te parabenizar pela lembrança. O Tarciso, antes de eu ser vereador, eu encontrava ele já no exercício do mandato muito ali na Rua dos Andradas, sempre conversando com a população, debatendo política de forma alegre e respeitosa. Nós hoje, como representações negras aqui neste plenário, devemos fazer esta menção ao Tarciso, que foi, por muito tempo, um vereador que representou a causa negra na Câmara de Vereadores. Eu te parabenizo e faço também a minha homenagem ao Tarciso Flecha Negra. Muito obrigado.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Ver. Matheus. Em sua homenagem e para manter viva a sua memória, gostaria de pedir uma salva de palmas ao sempre amigo e colega Tarciso Flecha Negra. (Palmas.) Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): Mais algum vereador inscrito em liderança? (Pausa.) Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0826/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/21, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. **(SEI 118.00250/2021-56)**

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Uma boa tarde a todos os colegas, todas as colegas vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara, das plataformas e também da nossa Rádio Câmara; é uma honra estar nesta tribuna hoje falando e sendo presidido pela primeira mulher negra a estar dirigindo uma sessão nesta Câmara, e com esse *black* maravilhoso. Estava lembrando ali com o Ver. Radde – ele fica brabo comigo, porque eu chamo ele de Haddad –, o Leonel, quanta inveja tínhamos desse cabelo. Na minha adolescência, nós íamos nas festas *funk*, nós íamos nas festas de *soul music*, e lá chegavam os negros com os seus *blacks* maravilhosos. E nós com os nossos cabelos que nem arrepiados ficavam, só quando cortávamos bem curtinho. É uma honra estar falando com a senhora presidindo os trabalhos. Eu venho falar das diretrizes que o governo apresenta a esta Casa. Diretrizes seriam como um planejamento estratégico que uma empresa, uma instituição, uma entidade poderia fazer, imaginando o que fazer no seu período de gestão, no período de crescimento e desenvolvimento da sua empresa. Isso o governo apresenta aqui. Apresenta um projeto, apresenta números e políticas que deseja realizar, mas ninguém pode saber o que espera no caminho, ninguém pode imaginar. Quem apresentou as diretrizes na gestão passada não poderia imaginar que, pela frente, viria a covid, não poderia imaginar que viria essa grande crise que assolou o mundo, que nos deixou reféns de leitos de UTI, por exemplo, nos deixou reféns e angustiados, esperando uma vacina, nos deixou com a economia que vai levar, no mínimo, cinco anos, Ver. Alex, para se recuperar. Isso é visto a olhos vistos, quando se chega num restaurante, quando se chega numa rua, tirando várias raras exceções, isso é visto a olhos vistos. Um lugar em que se pode ver isso, se testemunhar

isso é o próprio Mercado Público de Porto Alegre, onde almocei hoje. Continua sendo triste estar no coração de Porto Alegre e ver os restaurantes, em pleno horário de almoço, meio-dia, meio-dia e trinta, uma hora, uma hora e trinta, com mesas sobrando, quando, antes da pandemia, tinha até filas de espera. É necessário que o governo apresente as suas diretrizes, e é necessário que a gente acompanhe essas diretrizes. Não é milagre, volto a dizer, é um planejamento estratégico que o governo faz para os seus quatro anos de governo. Falo nessa questão do Mercado Público, falo também na questão das pessoas que estão sem trabalhar ainda, todo o pessoal de eventos em Porto Alegre continua sem trabalhar. São milhares de empregos, milhares de pessoas que estão por trás disso. Eu quero dizer para a Ana Luiza, para o Marcelo, para a Luíza, para o Tiago, para a Lisa, a Karine, o Lucas, a Carol, o Sérgio, o Ronaldo, a Virgínia, o Gabriel, a Daiana, a Eliane, a Joice, o Fernando, o Douglas, o Marques, a Thaís, a Helen, a Rosemari, a Jaque, a Agda e a Cristiane que continuem me mandando WhatsApp, continuem tentando justificar para mim que não é necessário a cidade de Porto Alegre, que está com a sua economia estagnada, a cidade de Porto Alegre, que ainda vive com medo, não ter um controle da vacina. Continuem me mandando mensagens no meu WhatsApp, mas vocês não podem ser hipócritas! Vocês não podem ser hipócritas, mandar mensagem dizendo que é o direito de vocês, mas se olharmos nas redes sociais de vocês, vocês estão vivendo uma vida normal! O que é isso? Que hipocrisia é essa? Se eu não quiser tomar a vacina, eu vou participar dessa sessão aqui *on-line*, da minha casa. Eu não vou colocar em risco as pessoas que aqui se encontram. Eu não posso colocar em risco as pessoas que aqui se encontram, que têm contato com crianças, que têm contato com idosos. Eu não posso aumentar essa fila de óbito em Porto Alegre, se eu não quero tomar vacina. É uma hipocrisia isso. Uma hipocrisia! As pessoas mandam WhatsApp com dados, um monte de baboseira, mas quando tu vais – eu convido os colegas vereadores a fazer isso – olhar as redes sociais dessas pessoas, elas estão lá curtindo festinha, confraternizando, e sem tomar vacina. Pelo amor de Deus. O que é isso? O que é isso? É como se eu fosse soropositivo e sáísse fazendo sexo com todo mundo sem me cuidar, sem informar as pessoas. Pelo menos se fossem corajosos, usassem um adesivo ou então dissessem “quero informar a vocês que eu não tomei a vacina”, porque se fosse assim, nós tínhamos milhões e milhões de pessoas do mundo inteiro que contraíram a covid e que estariam imunes. Está aí a cura, a cura é a covid, as pessoas dizem isso, e as vacinas são feitas com o quê? Com vírus ativo. Aí vem as pessoas dizendo: “Eu tenho teses de 300 médicos”. O que são 300 médicos? O meu chefe de gabinete é advogado, eu vou pedir para ele fazer uma tese para mim, ele vai fazer, só que fora desses 300 médicos, tem milhares de médicos, inclusive a Organização Mundial da Saúde. Aí quando eu quero a liberdade econômica, quando eu quero o capital desenvolvido, quando eu quero que o capital não tenha nenhuma restrição, os meus parâmetros são os Estados Unidos, o meu parâmetro é Israel, o meu parâmetro é a Europa, só que nos Estados Unidos, em vários estados americanos, na Europa, em quase todos os países, e em Israel, que foi o primeiro país a ter um controle de vacinação, revogou esse controle de vacinação e voltou, em menos de 60 dias, a ter novamente o controle. O mundo exige isso. No Brasil, tem uma lei de 1975 que

determina o controle de pragas, que determina o controle de vacinas. Então, como diz a minha religião, como dizem os meus orixás, como dizem os meus pretos velhos, como dizem os meus caboclos e os meus Exus, se a pessoa tem o corpo fechado, não tome nenhuma vacina e nenhum remédio. Está com o corpo fechado, não pega nada, não pega covid, a praga que mais assolou o mundo, que se tem conhecimento. Está com o corpo fechado, mas toma a vacina da gripe; está com o corpo fechado, mas toma vacina da febre amarela para poder viajar para o Uruguai. Vou dizer de novo, não vou falar para a Europa, não vou falar para América do Norte, eu estou falando da América do Sul, para entrar na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, para entrar no Chile tem que tomar a vacina da febre amarela, tem que tomar vacina da malária, senão tu não entras, e aí “os bonitos” querem entrar na Câmara de Vereadores, querem entrar em boates, querem entrar em restaurantes, querem entrar em supermercados, querem entrar no Mercado Público sem tomar vacina, mas para ir para Argentina, para o Uruguai, para o Paraguai eles tomam a vacina, porque senão não entra. Tiveram erros na vacina? Tiveram, e estão sendo corrigidos por quem entende, pela ciência. Não é questão ideológica, pelo amor de Deus, isso aqui não é maragato e chimango, gremista e colorado, esquerda e direita, a questão é de vida e morte, a questão é de pessoas que valorizam a vida e de pessoas que nem estão aí pela vida, pelo jeito. Nem estão aí! Por que não tomar vacina, se o seu grande mito, seu grande herói, seu grande líder tomou a vacina – ele não é tão macho assim, que não tomou a vacina, mesmo sendo atleta. Seus filhos tomaram a vacina. Por que isso? “É meu direito.” É o teu direito, cara pálida, é o teu direito não tomar vacina, agora, é o meu direito, por lei, que tu não entres no local em que eu estou. É o teu direito, mas é o meu direito não levar esse vírus mortal para minha casa e contaminar minha filha, que não tem idade de tomar vacina ainda. É o teu direito, mas é o meu direito de poder visitar o meu pai no asilo porque o meu pai tomou a CoronaVac e está esperando a terceira dose. Então, deixa de ser hipócrita! Deixa de se esconder atrás de questões ideológicas, se preocupe com a vida! O teu direito individual é preservado, agora, o direito coletivo, de todos nós, das nossas famílias, das pessoas que nós convivemos, não pode ser atacado. Muito obrigado, Sra. Presidente, novamente, meus sinceros parabéns por estar falando desta tribuna, tendo a senhora de Presidente desta Casa, a primeira mulher negra que dirige esta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, querida Presidente, parabéns por assumir os trabalhos na sessão de hoje, é sempre muito bom ver uma mulher no comando da sessão. Eu estou aqui hoje para fazer algo que em toda minha vida política eu jamais pensei que faria. Nós tivemos uma reunião da Mesa Diretora hoje, na qual participou o Vereador-Presidente Márcio Bins Ely, o Ver. Janta, esta vereadora que está aqui na tribuna, a Ver.^a Laura, a Ver.^a Nádia e o Ver. Cecchim. Uma

das pautas foi o famoso passaporte vacinal. Diretores estavam presentes também, o nosso diretor legislativo, e houve um grande debate que partiu para um embate. Confesso a vocês, que entre surpresa e chocada, as pessoas que são contra, elas acham que é tirar o direito de ir e vir daqueles que são a favor à comprovação da vacina. Eu, que tenho médicos na família, que tenho juristas, debati agora, na hora do almoço, e lembrando também na fala do Procurador, o Dr. Marcelo Dornelles, que foi taxativo quando disse "não tem nada que tirar o direito de ir e vir das pessoas, por que isso é a mesma coisa, é a mesma questão que fumar". Não se pode fumar dentro do avião, não se pode fumar dentro de determinadas salas, aqui no plenário não pode, mas ninguém está proibindo o cidadão de fumar, de botar veneno para dentro, que fume ele, mas lá na rua. Eu falo isso não porque eu estou contando da reunião de Mesa, mas por que essa pauta foi para reunião de lideranças, o colega Ver. Moisés Barboza trouxe a pauta. De novo, um debate que virou um embate e nós nos posicionando, mas, para surpresa de todos, eu que defendo a vacina, porque acredito na vacina, converso com médicos pneumologistas, infectologistas, pesquiso... O Rio Grande do Sul só está bem porque nós alcançamos alta taxa de vacina, a variante Delta não nos amedronta como em outros lugares porque as pessoas estão vacinadas. Para minha surpresa, eu comecei a receber mensagens no meu telefone pessoal, e de pessoas que eu conheço, que são amigas da Ver.^a Fernanda Barth! Ora, eu, em toda a minha vida, nunca vi uma postura tão errada! Eu tenho 20 anos nesta Casa, a esquerda e a direita sempre se respeitaram, o maior embate que se teve aqui foi sobre a Av. Castelo Branco, perguntem para o Ver. Pedro Ruas qual é a nossa convivência! Está aí, respeitosa, e fomos para a justiça. Em todos os momentos nós debatíamos, não concordávamos, mas nos respeitávamos. Não houve pessoa mais da direita, ARENA, do Pedro Américo Leal, e tinha um programa com o Ver. Pedro Ruas – Pedro versus Pedro. Debatiam na tribuna, no estúdio e saíam abraçados. Então, por que eu sou a favor a vacina, defendo o cuidado coletivo, eu quero botar estrelas nas pessoas? Campo de concentração? Esquerda? Eu não aceito! Está para existir alguém que vai me ameaçar com mensagens desse tipo. Não existe! Não aceito isso aqui! Este plenário tem que se dar o respeito, seja vereador da esquerda, da direita, independente! Agrediu, tem que ir para a comissão de ética. Respeitem a opinião do outro! Não concordem, mas o meu telefone encheu de mensagens. Ver.^a Fernanda Barth, a senhora entrou muito mal, e a senhora vai ouvir também, Ver.^a Nádia, com todo o respeito. Aqui nesta Casa, as senhoras chegaram um tempo depois de muitos estarem aqui e nós sempre nos respeitamos.

Eu não aceito panelinha, não aceito divulgarem meu telefone, não aceito que peçam para me ligar me chantageando com mensagens agressivas. Não façam isso, por que da próxima eu printo e denuncio. Respeitem! Eu fiz voto tanto quanto os senhores, e sou movida por convicções, em causas e pessoas, não voto a cabresto! Não voto por ninguém, a não ser pela minha consciência, pelo que eu acredito. A postura dessa vereadora deixa a desejar desde o primeiro dia em que ela botou os pés nesta Casa, e todos aqui sabem do que eu estou falando. Agora é aberto, porque detonaram com os nossos telefones. Eu sou a favor da vacina, defendo, se for o caso, o passaporte

vacinal por uma questão muito simples: o cuidado coletivo deve sobrepor ao cuidado individual. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querida Porto Alegre, venho a esta tribuna para debater orçamento, debater o dinheiro do povo. O povo paga as estruturas e não tem o que precisa, o que merece, o que é seu de direito, porque o governo está sentado em cima do caixa. Faz oito meses que o prefeito Melo se esquece do povo, vira as costas, não constrói a cidadania, não pensa nas pessoas. Uma cidade é feita de pessoas, uma cidade não pode ser sequestrada para interesses políticos ou partidários. A eleição já passou, prefeito, já terminou, não é momento de continuar fatiando as pastas, fatiando os projetos, é preciso implementar a política pública com orçamento, e por isso a gente discute a LDO. Não discute a LDO para que seja um documento apenas, para que seja uma carta de intenções, que seja só previsão. Chega de previsão, o povo tem fome agora. Cadê a assistência social? Cadê a entrega de cestas básicas? Nós temos mais de 100 mil famílias em situação precária na cidade, é preciso entregar alimento para quem tem fome. A fome tem pressa e não pode esperar o ano que vem. O acolhimento aos que moram na rua. Não moram porque querem, eles não querem morar, eles querem o direito à habitação. Há 300 mil pessoas na cidade em moradia precária ou sem moradia. Trezentas mil pessoas! Cadê o programa de habitação de interesse social? Cadê os projetos? Cadê a reestruturação do DEMHAB? Onde está, na LDO, essa reestruturação? Nós temos todo o Extremo-Sul crescendo em ocupações, em novas habitações e não há projeção de vias públicas, não há projeção de chegar energia elétrica, não há projeção do saneamento! Entrou na Av. Edgar Pires de Castro – Edgar, Belém, Lami, uma parte da Restinga – não há saneamento básico, o esgoto é uma valeta correndo na frente do pátio e o DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa – R\$ 300 milhões em caixa! De que adianta prever na LDO? Estão prevendo há muito tempo na LDO. Cadê as obras de captação de recursos inclusive? E falo mais: as terceirizações precarizaram o DMAE! A empresa terceirizada, que fez a obra do separador absoluto da Av. Arnaldo Bohrer, ali no Teresópolis, que desemboca na frente Nacional, fez ligações erradas. Ganhou dinheiro público! Uma empresa privada fez ligações erradas. O esgoto, quando chove, se mistura, e está subindo nas residências. As pessoas estão tendo prejuízo. Eu estou falando da classe média. Agora estou falando da classe média, não é só da classe popular, das periferias. Está todo mundo sofrendo porque o orçamento é mal aplicado. É muito CC, é muito cargo comissionado sem conhecimento técnico. Ver. Pedro Ruas, lá na Gman, que cuida dos motores do DMAE, agora eles conseguiram botar CC dentro da Gman. Está faltando eletricitista lá, está faltando soldador. Vocês que

têm falta de água, ou o esgoto não está sendo coletado, está entupindo, é porque na Gman, ao invés de colocar servidor de carreira, colocaram CC, que não entende nada de eletricidade, não entende nada de solda, não vai ajudar ali. É engraçado, porque é a incompetência em cima da incompetência. Quem é que está fazendo isso no DMAE? O DMAE tem dinheiro, é a galinha dos ovos de ouro da Prefeitura, não dá para dizer que tem déficit, tem dinheiro previsto na LDO, de investimentos, porque todo ano se discute, mas não se faz nada. Os políticos estão sendo o problema da Prefeitura, do Executivo, porque eles não ouvem os técnicos históricos, eles não ouvem os engenheiros do DMAE, eles não ouvem os arquitetos do DEMHAB, eles não ouvem as pessoas, eles não ouvem quem tem conhecimento. Por isso a LDO vira uma peça de ficção, por isso a LDO vira algo místico, algo que não se concretiza. O dinheiro do povo não pode mofar no caixa da Prefeitura; R\$ 22 milhões todo o dia caem no cofre, e o Sebastião Melo o que faz? Bravatas. E o Ricardo Gomes o que faz? Textinho na Zero Hora dizendo que agora vai ter microcrédito para até 14 mil pessoas. Gente, nós estamos com desemprego de 15 milhões de pessoas no Brasil, a solução não é só microcrédito, a solução é comida na mesa. Nós autorizamos, esta Casa, em março, Ver. Matheus, que ele comprasse vacina com recurso próprio, ele ficou só esperando as vacinas a conta-gotas do Bolsonaro, tendo dinheiro para aplicar autorizado pelos vereadores. Ele fez os vereadores de bobos, nós fomos feitos de bobos, eu votei para comprar vacina com recurso próprios da Prefeitura, ele não comprou e por isso que demorou, por isso que só agora os eventos vão começar a ser abertos Vocês, dos eventos, estão sofrendo; vocês, da cultura, que trabalham com aglomeração que tem que ter aglomeração para ter captação de recurso, estão com prejuízo porque o prefeito mandou para cá uma lei *fake news*, ela foi aprovada e ele não implementou. É disso que se trata a realidade, o prefeito cruza os braços, esta Casa não pode ser um cartório que aprova tudo que o prefeito faz, Ver. Gilson, e não cobra, não fiscaliza. Cadê as vacinas para os adolescentes que já estão nas escolas? Ele não comprou está esperando vir as vacinas do genocida de Brasília. Então este prefeito está sendo um prefeito incompetente até agora. Não tem a altivez que deveria ter, se manda uma lei para cá e ela é aprovada, que implemente, não é uma lei de gaveta para fazer espaço na mídia, tem que implementar, tem que fazer. Cadê os vereadores para fiscalizarem, ou os vereadores viraram vereadores de pedidos de providência, virou isso a Casa? Só pedido de providência. Uma cidade não vive disso, os vereadores têm que fiscalizar e a LDO se desdobra nas políticas públicas. O Ver. Ferronato sabe disso, conhece finanças, e os vereadores ficam nos seus celulares, eles ficam aí, eles ouvem, eles entendem, mas eles provavelmente estão rezando a cartilha do Melo, e a cartilha do Melo não é a das pessoas passando fome, das 4.600 mães que procuram vagas em creches, isso tem que estar na LDO, Melo. Até tu podes dizer que a LDO antiga é do Marchezan não se enquadra com a minha, mas então, no ano que vem, eu não quero criança fora da escola de 4 e 5 anos de idade, eu quero elas dentro da escola, eu exijo, como vereador, que nenhuma mãe chegue numa escola e tenha que voltar com seu filho para casa, que não possa trabalhar porque não tem uma escola para matricular, seu filho se desenvolver e ela poder produzir renda. Não adianta microcrédito se tu não ofereces o básico para

cidadania, vai oferecer microcrédito para a mãe que vai querer empreender e, aí, ela não tem uma vaga em creche para o seu filho e como ela vai trabalhar? Então isso é uma contradição do governo. Eu faço aqui um apelo aos nobres colegas, a LDO não pode ser literatura na política, ela tem que ser um programa real de investimentos para quem precisa, para quem necessita. Há um déficit habitacional, educacional, a fila do SUS só aumenta, tem que nomear enfermeiros, médicos, tem que nomear dentistas, tem um coletivo muito grande de pessoas que precisam acessar a saúde bucal, tem que ir para a LDO. E mais do que isso, nós precisamos trazer de volta a cultura, a cultura do povo é importante por isso o carnaval, faço o apelo, precisa, de uma forma ou de outra, constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é a cultura do povo que tem que ser abraçada por esta Casa e espero que a gente tenha isso nesta Legislatura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou discutir a mesma pauta do Ver. Jonas lendo um trecho que eu apanhei no fim de semana. Eu gostaria que vocês se atentem para a leitura: “Mais saúde, lazer e segurança para o Mário Quintana. Por meio de luta da comunidade do Mário Quintana o mandato do vereador trouxe melhorias ao bairro. A conquista mais importante foi, finalmente, um dentista no posto de saúde Chácara da Fumaça. Após meses de descanso do governo Melo, ainda tem mais uma cadeira para a odontologia e este mandato não vai sossegar até que outro dentista possa completar a equipe. Chega de abandono, a população não merece percorrer quilômetros para ter cuidado em saúde bucal. Além disso, o mandato trabalhou intensamente para ajudar na revitalização do Parque Chico Mendes, na colocação de nova parada de ônibus na Batista Flores. Qualquer problema no bairro de saneamento, de limpeza urbana, de pavimentação, de educação, de saúde, de assistência, entre outros, entre em contato através do WhatsApp. O povo não pode esperar e o mandato do vereador sabe, e por esse motivo, sempre estará ao lado do povo na luta”. É um vereador da situação que fala isso? Eu não coloquei o nome do vereador de propósito, mas é um vereador que usa do governo Melo, ou pelo menos diz que usou do governo Melo para fazer algumas coisas que ele não fez, ou o senhor acredita que ele fez isso, Ver. Janta? O vereador arrumou um dentista e levou lá e que vai arrumar outro e levar lá. Não, é certo que não, se o vereador nunca foi na Secretaria da Saúde para pedir isso, mas gosta de se adonar das conquistas. Existem outros tantos vereadores naquela região, Ver. Byl, Ver. Mauro Pinheiro e outros vereadores, o Ver. Matheus Gomes também é daquela região, e não vem nenhum deles se exibir com isso. Isso é muito feio, eu me lembro daquele passarinho que põe ovo no ninho dos outros chamado Anu e quem faz assim, colocar ovo no ninho dos outros, fica feio perante os colegas, muito feio, principalmente quando se ocupa a tribuna para criticar o governo Melo. Todo tempo criticando o governo Melo

e vem aqui se exhibir com panfletos nos bairros de conquistas que ele consegue junto ao governo Melo, que contradição, que feio, que feio. Eu até pedi para os vereadores que são da região e que trabalham para essas demandas que não precisassem se incomodar, não se incomodem com isso, porque alguns assessores desses mesmos vereadores foram lá na região para saber se conheciam o Ver. Jonas no trabalho. “Não, não sabemos quem é”. Agora eu dei o nome do Ver. Jonas, porque ninguém sabia quem tinha feito isso. Então este panfleto foi distribuído pelo vereador ou pelos seus assessores. Eu espero que seja suspenso, isso não fica bem, fica mal, Ver. Jonas. Nós temos uma boa relação pessoal, mas aqui está falando quem é líder do governo Sebastião Melo que V. Exa. fica batendo todo o tempo. Então, antes de bater, o senhor se lembre que o senhor está usurpando coisas que os vereadores da base e o governo Melo fizeram naquela região, V. Exa. não fez nada, nada, nada. O senhor pode criticar aqui, mas não use a imagem do governo para se autopromover, isso não fica bem. Sei que o senhor é um vereador jovem, tem futuro tenho certeza, mas no momento V. Exa. está fazendo um desserviço para os outros vereadores, tirando a credibilidade de quem faz. V. Exa. deve ter outras demandas que vai conquistar porque o povo merece, e serão conquistadas porque o povo merece e não porque V. Exa. grita aqui na tribuna. Não é dessa forma que se conquista as coisas, nós temos que ter coerência, fala mal do prefeito todo dia, só o que faz é falar mal do prefeito, mas se exhibe com coisas que o prefeito faz. Não faça mais isso, não faça mais isso que isso é muito feio, nós precisamos de credibilidade e não de fazer essas atitudes que tiram a credibilidade e tiram de quem realmente fez pelo bairro que são vereadores. Dei nome aqui de alguns, dei o nome do Matheus Gomes também que é de lá, dei o nome de vários vereadores, mas V. Exa. certamente não foi que fez essas conquistas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; colegas, na última sessão tivemos uma boa transmissão, mas eu recebi algumas mensagens me perguntando, após as palavras da Ver.^a Mônica Leal, qual a pauta que eu levantei sobre a questão tão bem defendida pelo Ver. Claudio Janta e pela Ver.^a Mônica Leal. Então eu vou esclarecer aqui e deixar muito claro que quartas pela manhã, para a sociedade que não sabe, nós temos uma reunião de líderes para tratar de assuntos da Câmara Municipal de Porto Alegre com os líderes das bancadas, junto com a Mesa Diretora, para discutir pautas importantes. Na pauta de hoje sobre os protocolos que sugerimos de reaquecimento da economia, o Legislativo Estadual está preocupado em ampliar o acesso na Assembleia Legislativa e discute protocolos. Na minha... (Problemas na conexão.) ...em argumentos, e eu pedi que a Mesa Diretora discutisse esses protocolos para que, gradualmente, a gente retorne a ter público, libere o acesso para as pessoas. Na Assembleia Legislativa se discute apresentação da carteira

de vacinação, como nos Estados Unidos, em alguns espetáculos da Broadway começaram a exigir também testes. Para minha surpresa, eu não sabia que ia ser um assunto polêmico, eu preciso me manifestar porque, ontem, eu tomei a minha segunda dose de imunização e eu não gostaria que esse assunto chegasse no ponto... (Problemas na conexão.) ...porque eu acho uma tolice. Um dos significados de imbecil é ser tolo, é tolice. O Ver. Claudio Janta e a Ver.^a Mônica Leal esmiuçaram inúmeros argumentos, mas eu preciso publicamente dizer que eu não estou na Câmara por consciência, porque eu tive o efeito da vacina e estou com febre, não sei se é por causa da vacina. E eu não vou até o Legislativo na presença dos meus colegas, e dos familiares dos meus colegas porque estou com febre. E eu sei que é um efeito colateral da segunda dose, mas, como vocês sabem, eu fiquei 10 dias internado na UTL... (Problemas na conexão.) ...perda da vida do pai da minha esposa que não pode se imunizar completamente. Se eu tiver que bater nos argumentos, eu baterei, mas eu peço que as pessoas abandonem as questões partidárias e pensem na comunidade e no que realmente salvou a vida de mais de 1,5 milhão de pessoas. Eu sei que eu tenho um movimento maior que esta pauta, peço desculpas aos colegas, mas eu preciso dizer que, ontem, eu pensei muito, o pai da minha esposa não teve oportunidade de tomar as duas vacinas. Ir aos estádios, a volta da economia vai exigir, como se exige a entrada em outros países, o registro da vacinação. É imbecil, é tolo quem não sabe e defende outra coisa. Lamento muito que existam pessoas assim, mas entendo e respeito, porem chamo cada uma delas de tolas. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Vou solicitar que, no *chat*, assessores não façam comentários, quem fala no *chat* são os vereadores, por favor. Tem assessor entrando no *chat* e falando.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde presidenta; boa tarde colegas vereadores e vereadoras. Estamos aqui, agora, debatendo a Pauta Especial, a LDO, que tem uma relevância para nossa cidade porque é daí que sairão os debates orçamentários, todas as políticas implementadas pelo nosso Município, município esse que foi extremamente afetado pela pandemia que trouxe prejuízos econômicos profundos para toda a população. É bom lembrar que, nos meses de março e abril do presente ano, tivemos Porto Alegre como epicentro da pandemia no mundo, nenhuma outra cidade teve tantas internações e tantos óbitos proporcionalmente quanto Porto Alegre. Isso tem responsabilidade direta por uma lógica negacionista que foi levada à última potência por representantes políticos da nossa capital, que com o objetivo de ganharem votos, ganharem simpatias políticas, brincaram muitas vezes com a saúde da nossa população. É inegável que essa pauta da vacinação é uma pauta que foi politizada, partidarizada, no pior sentido da palavra, a ciência foi deixada de lado e foi dada a ênfase a uma lógica negacionista, sectária, fundamentalista de algo que há muito tempo

não era visto no nosso País, que era esse movimento antivacina, os antivac, que é um movimento global. Se a vacina não funcionasse, nós não estaríamos na situação que estamos hoje, muito melhor do que estávamos no início do ano. A média de óbitos hoje chegou a 400 pessoas, antes da vacinação eram 3 mil. Por favor, esse é um dado indiscutível, é um dado científico e é algo que não nos cabe mais debater. A vacina funciona! A vacina, nitidamente, funciona, assim como o distanciamento social e o uso de máscaras. Se naquele momento tivéssemos tido cuidados, feito um discurso racional, científico, Porto Alegre não teria passado pelo que passou. Se o Bolsonaro também tivesse comprado a vacina quando teve a oportunidade e optou em fazer o superfaturamento, em fazer negociatas para formar caixa dois, para fazer uso do dinheiro e da vida dos brasileiros, lá em 2020, se no momento exato ele tivesse optado por comprar a vacina, muito provavelmente Porto Alegre também não teria passado pelo que passou. Quantos entes queridos nós perdemos nesse momento? Quantas pessoas tem hoje sequelas dessa doença? Dessa forma, é muito importante que nós façamos essa reflexão.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ouço com atenção V. Exa., ilustre Ver. Leonel Radde, e o meu breve aparte é para cumprimentá-lo, porque V. Exa. toca no ponto fulcral da questão. Há, no início da pandemia, um discurso negacionista, ele era verdadeiro, mas ele estava encobrindo uma ideia de ganhar dinheiro. Então, na negação ridícula, por sinal, havia por trás toda uma intenção de vantagem indevida, de lucros na área pública, ou seja, de corrupção. Então, as milhares de vidas perdidas, o choro, o lamento, o desespero das famílias está devida, é verdade, em parte, à negação, e há setores negacionistas, mas do núcleo do governo, do Ministério da Saúde, essa negação servia a propósito de ganhos ilícitos. E V. Exa. evoca muito bem, parabéns.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Exatamente, nobre Ver. Ruas, nosso líder da oposição, temos pleno acordo sobre o que aconteceu no nosso País. Mas me espanta que agora absolutamente todos os vereadores e vereadoras desta Casa estejam sendo atacados com diversas mensagens nos seus números particulares. Inclusive, aqueles vereadores que têm uma posição contrária à vacinação. Então, quer dizer que não foi levada a cabo, não foi observado quem eram os vereadores que estavam recebendo essas mensagens. Eu aviso, de antemão, ligarei de madrugada para todos e todas que me enviarem mensagens. Deixarei mensagens, ligarei na madrugada e não vou aceitar esse tipo de pressão, até porque o projeto é meu. Eu sou um dos autores de um dos projetos que tramita do passaporte vacinal. E quem acha, quem imagina que o passaporte vacinal tem a relação com qualquer tipo de segregação ou é burro, ou é mau-caráter, não tem terceira opção, ou é um jumento, ou é mau-caráter, e falo isso sem margem de dúvidas, porque já existe uma lei, como bem referiu o Ver. Janta, da década de 1970, que obriga a vacinação. Temos normas para alguns Estados que obrigam a vacinação para poder entrar em determinadas regiões, febre amarela, quem é que não sabe disso? Ninguém, em nenhum momento, disse que isso era segregação, fez qualquer

relação com o segregacionismo, com racismo. E aí aqueles que geralmente estão vinculados a um campo extremista, a um campo racista, misógino, LGBTfóbico, querem fazer esse discurso cínico, mentindo que o objetivo é segregar! Então vamos fazer o seguinte: vamos acabar com as sinaleiras porque cada um faz o que quiser da sua vida – isso é liberalismo na cabeça deturpada dessa gente, que não tem nada a ver com o liberalismo real, é libertinagem para fazer o que quiser. Então, vão poder beber, pegar o seu carro, sair dirigindo, porque, afinal de contas, é a sua liberdade. “Eu não preciso de sinaleira porque, afinal, é a minha liberdade!” “Eu não precisa usar cinto de segurança, afinal, é a minha liberdade!” Por favor! Daqui a pouco a gente vai estar dizendo: “Bom, vou querer matar as pessoas, porque é a minha liberdade de matar alguém”. E não compreendem que essa postura vergonhosa coloca em risco milhares e milhares de pessoas, coloca em risco familiares e a sua própria vida. Quem não viu nos Estados Unidos uma líder antivacinação que morreu há pouco dias, e ela declarou: “Vacinem-se, eu me arrependi e hoje pago o preço”. Ela veio a óbito, entre tantos outros jornalistas, pessoas de renome. Então esse movimento vergonhoso que existe vai pagar um preço alto, mas o problema é que, quando a gente não tem imunização da maior parte da população, o vírus continua circulando e mutando, e isso faz com que tenhamos essas variantes mais agressivas. Qualquer um sabe disso! Qualquer pessoa minimamente instruída sabe disso, e continuam fazendo esse discurso, colocando a vida de milhões em risco. Por isso, nós defendemos o passaporte vacinal, e nós defendemos que o negacionismo seja banido do nosso País. E quem me mandar mensagens desse tipo, eu vou ligar de volta na madrugada e vai me atender para a gente fazer esse debate, pode me aguardar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma questão de ordem.

Vereador Pablo Melo (MDB) (Questão de Ordem): Sra. Presidente, eu escutei os discursos que se sucederam na tribuna, e eu estou respeitando aqui, eu tenho dois projetos de resolução, e até onde estudei o Regimento, sei que Pauta Especial é para tratar de assunto orçamentário, que, no caso, está na pauta, que é o da previdência complementar. Então, peço aos colegas para respeitar a Pauta Especial do dia. Um abraço.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Pablo. Recomendo aos vereadores que, quando usarem a tribuna em Pauta, atenham-se à Pauta que está sendo definida pela nossa sessão ordinária no dia de hoje.

A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde Presidenta, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Subo à tribuna para falar em

Pauta Especial a respeito da LDO, e para quem nos assiste e, de repente, não tenha o conhecimento, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. É importante esclarecer porque, às vezes, são termos bem complexos debatidos que afastam do grande público a compreensão, também o debate e o pertencimento a essas questões que são fundamentais. E como uma forma, inclusive, de sintetizar isso e de tornar algo um pouco mais próximo da realidade é que eu trago que a LDO, na qual nós, inclusive, fizemos algumas emendas... Eu acho que eu vou iniciar de uma forma diferente, Presidenta, primeiro, de tudo porque eu ouvi aqui na tribuna alguns vereadores, e concordo com o Ver. Pablo Melo quando ele fala que sobe aqui para falar nessa relação direta com a pauta tem que falar da pauta, mas eu me recordei de uma fala do prefeito Melo quando ele diz que todas as demandas dos vereadores são prioridades, prioridades para a cidade vão ser atendidas. Então, quando solicitado pelo Ver. Jonas, essa demanda foi atendida. Mas também quero trazer que são 36 vereadores que, a partir do momento que entram nesta Casa, são da cidade, têm responsabilidade com as pautas da cidade, e para a população, como um todo, eu acho que não tem que ter essa distinção, tem que ter a responsabilidade de efetivar e tornar, de forma muito objetiva, aquilo que é necessário para cidade na execução plena. Então é isso que a gente tem a compreensão, não dá para gente ficar aqui fragmentando quem fez, quem não fez, porque esse tipo de discurso só me faz compreender que nós, enquanto base de oposição, definitivamente estamos deslocados das priorizações. E, pelo que me lembro e recorde das muitas conversas que tive com o prefeito, não é essa a ideia. A ideia é – não é, Ver. Oliboni? – fazer com que nós tenhamos um funcionamento amplo de todas as questões essenciais para a população – essas são palavras do prefeito, não são minhas. Então, eu acho que é importante a gente trazer isso, porque, caso contrário, a gente vem também reproduzindo algo que vai afastando as pessoas, afastando a necessidade real, e colocando sempre nessa lógica dialógica, mas longe da realidade.

Seguindo, falo que o Executivo tem deixado passar algumas coisas, e acho que é importante a gente falar da LDO, pois emendas que nós tivemos aprovadas aqui, acredito que não só as minhas, outros vereadores também tiveram aprovados no PPA, não foram incluídas. Nós propusemos, e digo isso pela minha mandata, emendas em políticas públicas para a cidade, pensando nas mais diversas áreas, como política para as mulheres, que não foram priorizadas pelo governo. Eu acho que isso é importante a gente ressaltar, porque num período tão duro em que a gente vem vendo acentuado o desemprego, em que a gente está vendo a retirada, um bom exemplo é a privatização da Carris, a extinção do cargo dos cobradores, uma relação que só acentua essa desigualdade e a vulnerabilização de uma determinada parcela da população que a gente bem sabe onde fica, não é, Ver. Jonas? Então, olhando para isso, é que a gente precisa ter essa responsabilidade de compreender, por que isso não foi uma prioridade, até então, do Executivo? Por que isso não está priorizado? Por que essas emendas passaram, foram aprovadas no PPA e não estão inclusas na LDO? Isso é fundamental, esse é o debate central, porque isso fala das priorizações do governo e a população, mais uma vez eu digo, está vulnerabilizada, porque são projetos políticos que priorizam determinadas situações que causam essas diferenças. Um bom exemplo, neste

momento, hoje até temos um dia de sol, mas nesse período das chuvas são os alagamentos: Sarandi, Vila Farrapos, o próprio Morro Santana, onde eu resido, com as chuvas, alaga, e até então nós não tivemos nenhum retorno. São nove meses do governo, e são nove meses que nós já poderíamos ter avançado nesse debate para que isso não venha a acontecer, porque é isso. Ainda hoje pela manhã, estive na Vila Farrapos conversando com alguns moradores, algumas lideranças comunitárias que disseram: “Nós não conseguimos sequer investir na qualidade dos móveis que nós temos aqui na moradia, porque já é certo, já é sabido que, quando chover, vai alagar”. Então, olha que triste, a gente não conseguir ter uma perspectiva de qualidade de vida, e a gente está falando de mulheres e homens trabalhadores, assalariados, que trabalham dia e noite para garantir o básico, o mínimo em suas mesas, lembrando sempre, na capital da cesta básica mais cara do País. Isso é um absurdo! Isso, definitivamente, não é priorizar o povo, porque, quando a gente olha para isso, a gente sabe muito bem para onde estão tencionando as prioridades.

E falo dos alagamentos, mas também quero trazer aqui uma outra relação direta, que isso tem, sim, a ver – já que o Ver. Pablo falou que temos que subir aqui para falar da LDO – diretamente com essa relação da cidade, dos investimentos e das prioridades. A gente tem ouvido muitas pessoas, muitos, inclusive, nos buscam para saber se tem alguma posição do governo referente às linhas que foram retiradas, algumas suspensas e outras que foram aglomeradas em uma única linha de ônibus nesse período da pandemia, e até então não tiveram nenhum outro tipo de modificação. Linhas, como a linha do Morro Alto, que dava acesso à escola, que é a única linha, inclusive, que transitava naquele espaço, que dava acesso a alunos e trabalhadores da escola e a população em geral, e tem uma distância gigantesca para que se chegue até lá. Ora, se nós estamos aqui priorizando a educação, se nós aqui priorizamos e falamos da necessidade de transitar e viver a cidade, como retirar uma linha como aquela de extrema importância? E esse é um dos exemplos que dou, são inúmeros. Onde eu moro também houve isso, teve uma grande modificação no trajeto, isso impacta. De manhã cedo, nós passamos pelas paradas de ônibus lotadas. As pessoas não conseguem transitar pela cidade, não conseguem sequer fazer essa mobilização porque precisam, inclusive, estar trabalhando. E também já aproveito, falando das linhas de ônibus, para saudar os estudantes e todas as organizações que ontem estiveram no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. Porque aí também a gente tem que falar de tudo que vem se somando e se associando a este momento, e a gente precisa necessariamente trazer aqui a retirada das isenções. Ver. Pedro Ruas, isso é mais do que necessário, isso é essencial, é urgente, pelo fato de pessoas que eu acho que nem sequer tem o conhecimento do que está acontecendo aqui nesta Casa vão ser afetadas, pessoas que fazem tratamento de saúde, pessoas que estão com extrema necessidade, já levando em consideração o momento socioeconômico também, estudantes, mas também aqueles que fazem tratamento, um bom exemplo, como nós tivemos aqui a Fonte Colombo debatendo conosco, com muita seriedade, procurou muito os vereadores tanto da base quanto da oposição. Eles vieram para fazer esse debate, ampliar e criar essa consciência para que as pessoas entendam a importância, falando daqueles que fazem o tratamento

de HIV e Aids. Como essas pessoas não vão ter garantido o tratamento? Como essas pessoas não vão poder circular pela cidade para buscar a sua medicação? Pessoas vulnerabilizadas e com poucos recursos vão ficar à mercê dessa doença numa capital que nós vemos e bem sabemos que é a capital do HIV e da Aids. E assim como Porto Alegre, também a Região Metropolitana. Isto é fundamental: nós precisamos levar esse debate para a população para que entendam. Mais uma vez eu digo, quando se fala em LDO, em PPA, isso distancia da população a realidade, isso distancia pelos termos. Então vamos colocar isso de outra forma. Nós estamos falando da retirada de direito, estamos falando da precarização do serviço, do trabalhador, mas principalmente daquilo que é ofertado para a população que paga para sustentar esta Casa, que paga o salário desta vereadora e de todos os outros. Mais uma vez eu ressalto, são 36 vereadores para cidade, são 36 pessoas responsáveis pelo andamento disso. E aproveito para pedir a esses vereadores que se somam mais à base aliada, ao governo, que tenham a consciência da necessidade, de quando nós formos votar, que a população já está sendo penalizada, são homens e mulheres trabalhadores que estão sofrendo com um processo muito violento de vulnerabilização e que isso passa por aqui, isso também é responsabilidade daqueles que se ausentam, que se omitem, que não votam, ou que sequer, Ver. Pedro Ruas, se colocam à disposição aqui para um debate. O problema não é ter nenhum tipo de posição adversa a nossa, o problema é não se colocar à disposição para um debate e depois apontar para nós, que somos dez da oposição, como se fôssemos os responsáveis. Definitivamente, nós estamos mais próximos da população. Nós estamos mais próximos, olhando a realidade.

O que nós trazemos aqui não é uma base ideológica, é a realidade do povo que sofre com fome, é a realidade do povo que está desempregado, é a realidade do povo que sofre com a retirada das linhas de ônibus, é a realidade do povo que vai sofrer com as isenções, é a realidade do povo que está alagado. Essa é a realidade da população, isso está na LDO. Nós temos propostas, temos projetos e apresentamos, mas daí, se a base do governo que é a maioria não compreende isso como uma necessidade, compreendam vocês, meus amigos que estão me assistindo neste momento, que tem um debate e é muito aprofundado e ampliado, porém precisa-se compreender que tudo é político, inclusive a omissão ou a tua ausência, a tua anulação travestida – travestida! – de falta de compreensão.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Esclareço sobre o requerimento anteriormente aprovado, ratificando que o pedido foi para que se ingressasse nos períodos de Pauta e de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0395/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/20, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Dorotéo Oliveira de Abreu Filho. (SEI 034.00149/2020-17)

PROC. Nº 0306/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que obriga as instituições que relaciona a comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) os casos de automutilação, tentativa de suicídio e suicídio consumado. (SEI 215.00038/2021-72)

PROC. Nº 0491/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/21, que dispõe sobre a competência para a prestação dos serviços públicos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e de proteção contra as cheias, no Município de Porto Alegre, cria e extingue cargos em comissão e funções gratificadas, alterando a Lei Municipal nº 6.203, de 3 de outubro de 1988, que estabelece o plano classificado de cargos dos funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgotos, dispõe sobre o plano de pagamento e dá outras providências. (SEI 118.00148/2021-51)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0554/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao CABM – Comando Ambiental da Brigada Militar – PATRAM Porto Alegre, órgão executor da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. (SEI 035.00056/2021-72)

PROC. Nº 0411/21 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o parágrafo único do art. 19 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, vedando, no âmbito do Executivo Municipal e do Legislativo Municipal, a ocupação de cargos em comissão por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Presidentes, dos Vice-Presidentes e dos Diretores-Gerais de autarquia, fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, empresa pública ou sociedade de economia mista controladas pelo Município e dos Vereadores. (SEI 021.00085/2021-48)

PROC. Nº 0468/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/21, de autoria dos Vers. Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Felipe Camozzato e das Ver^{as} Fernanda Barth e Mari Pimentel, que revoga a Lei Complementar nº 462, de 18 de janeiro de 2001 – e alterações posteriores – que dispõe sobre a proibição, no Município de Porto Alegre, da construção de estabelecimentos de alimentos ou congêneres com área computada superior a 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) e dá outras providências. (SEI 212.00040/2021-44)

PROC. Nº 0789/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/21, que altera a al. *b* do inc. II do art. 3º e o § 5º do art. 20; inclui os incs. XXVIII, XXIX e XXX no *caput* e o § 3º no art. 21; revoga a al. *e* do inc. II do art. 2º, os arts. 45 a 48-B e as tabelas II e III, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município. **Com Emendas nºs 01 e 02, do Ver. Mauro Pinheiro. Com Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00244/2021-07)**

PROC. Nº 0385/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a campanha “Setembro Azul-Marinho” no município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 021.00221/2019-85)**

PROC. Nº 0382/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/20, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rótula Hudson Neto Romero o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil, Cento e Sessenta e Oito, localizado no Bairro Ponta Grossa. (desarquivado pela Verª Comandante Nádia.) **Com Emenda nº 01, do Ver. Reginaldo Pujol. (SEI 049.00037/2020-51)**

PROC. Nº 0076/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que cria o Programa Municipal de Parceria Público-Comunitária. **(SEI 220.00016/2021-05)**

PROC. Nº 0250/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/21, de autoria do Ver. Matheus Gomes e das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Laura Sito, que inclui a efeméride Dia Municipal de Luta contra o Encarceramento da Juventude Negra no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 20 de junho. **(SEI 217.00044/2021-28)**

PROC. Nº 0315/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/21, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que estabelece a implantação de ambulatórios para atendimento a pacientes recuperados da Covid-19 que apresentem complicações decorrentes da doença residentes no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas. (SEI 215.00039/2021-17)**

PROC. Nº 0353/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que garante ao munícipe que já estiver imunizado contra o novo Coronavírus (Covid-19) ou que já tenha sido infectado e esteja recuperado, o direito de circular pelo território da Cidade, bem como de exercer atividade remuneratória, não estando obrigado a ficar em estado de quarentena, isolamento ou *lockdown*. **(SEI 220.00036/2021-78)**

PROC. Nº 0398/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Isaac Delivan Lopes Ortiz. (SEI 208.00113/2021-11)

PROC. Nº 0448/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 170/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que inclui o evento Ipanema Solidária no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 - Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre -, e alterações posteriores a ser realizado no 3º (terceiro) domingo de cada mês. (SEI 025.00049/2021-81)

PROC. Nº 0567/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 216/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que cria o Programa de Oportunidades de Geração de Renda para as Pessoas em Situação de Rua do Município de Porto Alegre. (SEI 219.00058/2021-40)

PROC. Nº 0617/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para a identificação de pessoas com deficiência oculta no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 024.00062/2021-31)

PROC. Nº 0640/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 255/21, de autoria dos Vers. Moisés Barboza, Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Airto Ferronato, Kaká D'Ávila, Idenir Cecchim, Alexandre Bobadra, José Freitas e Claudio Janta e das Ver^{as} Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger e Mônica Leal, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor André Luis Haide Veiga. (SEI 036.00034/2021-10)

PROC. Nº 0664/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 272/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Waldemar Luiz de Freitas Filho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil Cinquenta Três, bairro Costa e Silva. (SEI 019.00037/2021-62)

PROC. Nº 0675/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 279/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Comunidade Libanesa, no Anexo da Lei nº 10.904 de 31 de maio de 2010 e alterações posteriores – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, a ser celebrado no dia 22 de novembro. (SEI 222.00101/2021-63)

PROC. Nº 0720/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 295/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Mario Sergio Cortella. (SEI 036.00046/2021-36)

PROC. Nº 0744/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 304/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Valdir Guimarães dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como rua A Jardim Morada do Sol, Cel. Aparício Borges. (SEI 019.00041/2021-21)

PROC. Nº 0749/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 307/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre a Rodi Pedro Borghetti. (SEI 037.00250/2021-56)

PROC. Nº 0750/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 308/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Venancia Gomes de Mello o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dezesseis, bairro Farrapos. (SEI 019.00034/2021-29)

PROC. Nº 0756/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 311/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Recanto infantil Neroci José de Almeida Inácio o espaço de lazer infantil localizado na Praça Bernardo Dreher, no Bairro Jardim Isabel - Porto Alegre. (SEI 019.00044/2021-64)

PROC. Nº 0772/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 020/21, que cria e extingue Funções Gratificadas e Cargos em Comissão, e altera o anexo I "c" I e II, da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o plano de carreira dos funcionários do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), e altera o art. 1º da Lei nº 2.902, de 30 de dezembro de 1965, que fixa as diretrizes para a política habitacional do município. (SEI 118.00233/2021-19)

PROC. Nº 0823/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/21, que institui o Programa de Recuperação de Débitos oriundos de contratos de natureza habitacional de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e de Recursos Próprios, concessões e permissões com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), para a regularização de contratos, quitação de dívidas e quitação de financiamento de imóvel com desconto. (SEI 118.00249/2021-21)

PROC. Nº 0853/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/21, que dispõe sobre a autorização para adesão à Carta das Cidades Educadoras e o ingresso na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). (SEI 118.00257/2021-78)

PROC. Nº 0112/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que autoriza os vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre a reverter parte dos valores da Quota Básica Mensal (QBM), destinada aos gabinetes parlamentares, em auxílio-transporte e auxílio-xerox para trabalhadores desempregados. (SEI 219.00012/2021-21)

PROC. Nº 0604/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/21, de autoria das Ver^{as} Comandante Nádia, Fernanda Barth e Cláudia Araújo e dos Vers. Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Pablo Melo, Alexandre Bobadra, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Claudio Janta e Giovane Byl, que altera o *caput* e o § 6º do art. 102 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre –, e alterações posteriores, excluindo o parecer prévio da Procuradoria da Câmara Municipal de Porto Alegre da tramitação de Projetos e Substitutivos apregoados pela Mesa e definindo que a incidência de Precedente Legislativo será analisada por parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (SEI 025.00057/2021-27)

PROC. Nº 0684/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação dos Oficiais da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. (SEI 025.00061/2021-95)

PROC. Nº 0704/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que concede a Comenda Porto do Sol ao Nuances. (SEI 209.00105/2021-65)

PROC. Nº 0711/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, que concede a Comenda Porto do Sol ao Senhor Fabio Luis Alves Pedroso - "Seguidor.F". (SEI 219.00071/2021-07)

PROC. Nº 0751/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao primeiro-tenente do Corpo de Bombeiros Deroci de Almeida da Costa (*in memoriam*), pelos serviços prestados para sociedade gaúcha. (SEI 218.00042/2021-38)

PROC. Nº 0783/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao segundo-sargento do Corpo de Bombeiros Lúcio Ubirajara de Freitas Munhós (*in memoriam*), pelos serviços prestados para sociedade gaúcha. (SEI 218.00045/2021-71)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sra. Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores. Venho a tribuna para falar em Pauta sobre o Projeto de Resolução nº 039/21 e o Projeto de Resolução nº 041/21, de nossa autoria. A frase símbolo do Corpo de Bombeiros “O Corpo de Bombeiros não deixa ninguém para trás”, dita pelo coordenador das buscas aos dois militares que perderam suas vidas no incêndio do prédio da Secretaria de Segurança Pública, ecoou para além das paredes e dos escombros do prédio da Av. Voluntários da Pátria aqui em nossa capital. Durante os

sete dias de buscas aos companheiros do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, o lema "ninguém fica para trás" se tornou uma certeza em meio a tanta tristeza, foram horas ininterruptas de muito trabalho e buscas até que fossem encontrados os corpos dos bombeiros o primeiro-tenente Deroci de Almeida da Costa e do segundo-sargento Lúcio Ubirajara de Freitas Munhós. Eles são a expressão máxima da entrega dos nossos servidores da Segurança Pública do cumprimento dessa nobre missão que juraram colocar a própria vida em risco para salvar outras vidas. Bombeiro desde 1998, Almeida estava no local do incêndio como oficial encarregado de coordenar as equipes e viaturas do combate às chamas. Aos 46 anos, deixa a viúva Alessandra Ceci dos Santos e dois filhos Lorenzo e Davi da Costa. Munhós, com mais de 30 anos de serviço, estava de folga, mas deixou sua casa em Viamão para auxiliar no chamado, com 51 anos, casado com Kátia de Mesquita Munhós, deixa uma filha Mariana de Mesquita Munhós. Mais do que isso, os militares deixaram familiares, amigos, colegas de profissão e um exemplo de coragem a todos nós, coragem essa que se reconhece hoje através dos diplomas em nome desta Casa e consequentemente em nome de todos os parlamentares que nela se integram, sendo uma das maiores honrarias deste Parlamento o Diploma de Honra ao Mérito. Essa condecoração é também uma forma singela de marcar os seus nomes na história deste Parlamento, Casa de representação popular, para que presente e futuro não se esqueçam da seriedade e do compromisso com a função que eles exerciam em nome do Estado que representavam. Dedicar a vida a serviço da população é uma nobre missão de espírito coletivo, perder a sua vida salvando outras é um ato de heroísmo. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa presidenta, Ver.^a Nádia; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Em Pauta Especial que estamos indo para as últimas sessões de discussão, sobre o plano anual, nós percebemos o quanto é importante discutirmos os projetos que são muitas vezes definidos pelo governo dentro da LDO, como mudar lei orçamentária e também de proposições apresentadas pelos vereadores e vereadoras. Hoje, casualmente, quando iniciamos a sessão aqui, foi percebido que se discutia muito a questão do passaporte vacinal. Na LDO, nós percebemos que todo cidadão que contraiu a covid tem que ter, após o tratamento por ter contraído a covid, um tratamento muito especial na atenção básica, Pedro Ruas, porque, se o governo não se preocupa com o tratamento pós-covid, esse cidadão não terá condições de ser recuperado e pode perder a vida, inclusive muitos já perderam pós-covid, contraíram novamente, outros não conseguiram, enfim, superar esse momento de dificuldade e serem curados, em tese, e infelizmente perderam a vida. Quando o Ver. Moisés fala sobre a possibilidade, e é real isso, companheiros e companheiras, colegas vereadores e vereadoras, de que a Mesa

tem que deliberar sobre o passaporte vacinal, inclusive aqui na Casa, é de fundamental importância, Ver.^a Mônica, porque, se a Mesa não o fizer, nós vamos fazer no plenário, por requerimento. Ou será que o negacionismo defendido pelo grupo do Presidente da República de não querer se vacinar ou não comprar a vacina ou deixar quase 600 mil pessoas perderem a vida deve ter preferência do que aqueles que defendem não só a vacina como também o passaporte vacinal? Há uma obviedade que hoje o Presidente da República, por causa desse negacionismo, as suas pesquisas de aceitação são as piores possíveis na história dos Presidentes da República. Hoje é o Dia Nacional da Democracia, nós aceitamos o debate, mas, no limite do debate, vai para uma votação, Ver. Janta, e aí V. Exa. tem razão, nós não podemos ser expostos ou ficar correndo o risco de algum colega nosso, que deveria dar o bom exemplo de defender a questão do passaporte vacinal ou a vacina, defender ao nosso lado o negacionismo. Pode até defender, mas, no limite, haverá uma votação que dirá o que prevalece, como nós fizemos no dia a dia aqui na Câmara, Ver.^a Laura, é do dia a dia, do debate, mas é do reconhecimento de que acima de tudo está o direito à vida do ser humano, a vida do ser humano. E é por isso que nós, aqui na LDO, não podemos esquecer, temos que destinar recursos para o tratamento pós-covid. Existe hoje uma pequena indicação para hospitais filantrópicos contratualizados na rede municipal, para que seja recomendado criar um departamento para o pós-covid. Mas imaginem os senhores, o Hospital de Clínicas, quantas mil pessoas atenderam e recuperaram, muitas perderam a vida; o Hospital Conceição quantas mil pessoas atenderam e recuperaram muitas vidas e outros hospitais fizeram isso, mas eles, nesses casos, dois hospitais públicos federais, e os outros são privados porque são filantrópicos que precisam da autorização do Município para poder, o município, contratualizar e continuar esse tratamento pós-covid, Ver. Ruas. Inclusive o governo poderia fazer um programa específico para o Município no HPV, no HPS, na Atenção Básica ou em um pronto atendimento especial pós-covid, como acontece aqui em Canoas, em São Leopoldo e tantos Municípios do interior e, na capital, não acontece. Então, meus irmãos, vamos abrir os olhos, a vida tem que prosseguir e com certeza a luta pela defesa da dignidade e da humanidade, Ver. Moisés, nós estamos juntos porque acima de tudo é o direito à vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver. Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, colegas. Me inscrevo aqui para falar de dois projetos extremamente pertinentes que estão na nossa Pauta. O primeiro é de autoria da Ver.^a Tanise, sobre a implantação de ambulatórios para atendimento a pacientes recuperados da covid-19 que apresentem complicações decorrentes da doença residentes no Município de Porto Alegre. Faço uma ressalva a este tema porque ele voltará, colegas, aqui na Casa em vários momentos porque tratar, como o Ver. Oliboni aqui falou anteriormente, corretamente, sobre o tema das sequelas

da covid, de fato, é um tema que precisará que a agenda pública priorize no sentido de investimento de políticas públicas e oferta de serviços que deem conta de atender a dimensão dos casos que já temos presentes e as suas consequências, os seus impactos em relação ao próprio sistema público de saúde. Portanto, queria parabenizar a Ver.^a Tanise pela iniciativa e acredito que é um debate que nós ainda vamos fazer aqui muito firmemente em relação ao orçamento do Município relacionado a essa questão. Aproveitando esse tema, acho que a fala do Ver. Moisés, muito emocionado e também sensibilizando a todos nós, dá um pouco da dimensão do que significa esse debate do passaporte vacinal. Um debate, Ver.^a Mônica, que muitas vezes é travado de forma de agitação, um debate que não é feito de forma, digamos assim, com bom senso, digamos, um debate que inclusive esta Casa produziu. A proposição que fiz em relação ao passaporte vacinal para acesso ao plenário aqui, para Mesa Diretora, é um debate que tem em consonância inclusive com um debate que este plenário aqui produziu. Lembremos que, quando esta Casa votou a reabertura da cidade, aprovamos, por 24 votos a 9, que o passaporte fosse cobrado na cidade. Portanto, me é estranho que nós não consigamos implementar isso no funcionamento da Casa, tendo em vista que nós temos aqui um ambiente extremamente limitado do ponto de vista de circulação, que necessariamente, para o funcionamento, precisamos ter muitos colegas aqui presentes trabalhando, onde temos inclusive um número significativo de colegas que são idosos, que são do grupo de risco. Aqui faço mais uma ressalva sobre o debate que, infelizmente, os nossos WhatsApp foram distribuídos, portanto, muitas pessoas mandando mensagens em relação ao tema...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Sobre a Pauta, vereadora. Por favor!

VEREADORA LAURA SITO (PT): Estou falando sobre a Pauta, estou falando sobre a covid, e aqui estou destrinchando sobre. Então, em relação ao tema relacionado à contenção da liberdade de ir e vir dos colegas, de exercícios da sua atuação legislativa, algo que jamais estaria impedido, tendo em vista, que nós temos o trabalho remoto, prova disso esta sessão, onde nós temos vários colegas conectados. Portanto, de fato, nós temos um debate responsável, sério, comprometido em relação ao enfrentamento à covid, que não se restringe somente à vacinação, mas sobre vários impactos sobre as sequelas que estarão postas, é necessário sobriedade e responsabilidade no debate nesta Casa. A segunda questão e última que eu queria colocar é sobre um projeto de autoria do Ver. Matheus em conjunto com a bancada negra, sobre o Dia Mundial de Luta contra o Encarceramento da Juventude Negra. Nós apresentamos conjuntamente, dentro de um conjunto de iniciativas legislativas relacionadas ao Instituto Marielle Franco, um conjunto de proposições por todo o Brasil, inclusive em Câmaras Municipais, na perspectiva de nós conseguirmos apresentar uma agenda que enfrente o racismo presente na nossa sociedade. Esse é um tema muito importante. Nos últimos 15 anos, nós tivemos um aumento de mais de 14% do número de jovens negros encarcerados, enquanto nós

temos uma diminuição, nesse mesmo período, de 19% de jovens brancos encarcerados, sendo que a juventude é 47% da população carcerária do Brasil. Eu estou falando de números, mas é uma questão fundamental o reflexo do racismo estrutural e que se relaciona de forma direta com desenvolvimento do nosso País, que infelizmente é um tema completamente invisibilizado pela agenda pública. Portanto, para nós, conseguir ter esse dia municipal de luta é no sentido de dar visibilidade e comprometimento institucional em relação a extinguir hoje no Brasil, a cada três pessoas encarceradas, duas pessoas são negras. Estamos falando de um tema muito sensível e que trazemos aqui para esta Casa como um reforço da agenda antirracista de uma visão de cidade que de fato combata as desigualdades e possa oferecer melhores condições de cidadania, garantir condições de cidadania para o conjunto da sua população.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra par discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Ver.^a Nádia, comandando os trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu quero aqui é ressaltar minha preocupação em relação ao Projeto de Resolução nº 032/21, que exclui o parecer prévio do Procurador da Câmara Municipal de Porto Alegre da tramitação de projetos e substitutivos apregoadas pela Mesa e definindo que a incidência de precedentes legislativos será analisada por parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Eu fico imaginando uma situação dessas, o Ver. Jonas que fala tanta bobagem aqui na tribuna, imagina se... Ele já não olha o parecer prévio do Procurador. Inclusive quero alertar aqui a ele e o Ver. Oliboni, meu colega de muitos anos, que a emenda que Vossas Excelências protocolaram aqui na Lei Complementar da Previdência, a Emenda Constitucional nº 41/2003, do governo Lula, alterou o parágrafo 15 do artigo 40 da Constituição Federal, para determinar que o regime de previdência complementar pública deveria então ser administrado por entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública, que foi alterada novamente pelo Executivo na Emenda Constitucional 103. Então, a emenda de vocês não tem validade nenhuma, ao contrário, é uma contradição enorme. Vocês estão abrindo para a sociedade anônima, para bancos, que sempre foi um critério ao contrário do PT. Então essas contradições, imagina se não tem parecer prévio, Ver. Ruas? Tem vereadores novos aqui que precisam do parecer prévio da Procuradoria da Casa, sob pena de, volta e meia, nós estarmos olhando aqui absurdos, escutando absurdos, por exemplo, do Ver. Jonas, porque não olha o projeto, não estuda o projeto, que não sabe dessa emenda constitucional que era do seu partido, do governo Lula. Portanto abrindo a previdência complementar para a sociedade anônima, Hamilton Sossmeier, aquilo que eles criticam a vida inteira, os bancos! Eu quero dizer que eu não vou votar esse projeto que está aqui que exclui o parecer prévio. Esta Casa deve modificar seu Regimento Interno, a maioria de seis são quatro, a maioria de sete são quatro, é a maioria que estabelece se vem ou

não para esse plenário, e, aqui lamentavelmente um voto vem para o plenário. É por isso que está congestionado o Parlamento desta Casa, nós vamos chegar até o final do ano com centenas de projetos, muitos inconstitucionais, muitos que não passam pelo Procurador, muitos que não são analisados e a Comissão de Constituição e Justiça é feita por nós mesmos, que tem uma ideia de que tudo deve vir ao plenário, que o plenário é soberano. O plenário é soberano, mas ele tem que ter uma referência, ele tem que ter análise da Procuradoria da Casa para que nós saibamos se ele tem a constitucionalidade ou não. Então peço um estudo mais profundo. O que nós precisamos - volto a frisar, para concluir -, o Regimento interno desta Casa é arcaico, ele é dúbio, ele prejudica o andamento desta Casa, no seu plenário, nas suas Comissões. É isso que tem que mudar, é isso que tem que estabelecer uma nova dinâmica nesta Casa, não tirando o parecer prévio do Procurador. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que tanto espera, que tanto espera, espera e não cansa de esperar, porque é um povo que tem esperança que um dia mude a política. Eles votam de quatro em quatro anos, os porto-alegrenses, em todas as urnas, acreditando de quem vai se tornar prefeito vai, de fato, produzir política pública, mas não é o que acontece na área da habitação, há muitos anos. Está em discussão, está em pauta a reestruturação de cargos e FGs na habitação, na Secretaria de Habitação. Não tem aqui a discussão de um programa de habitação de interesse social, não! Casas, não! Cargos, sim, emprego, sim, para os amigos. No tempo da Frente Popular, Ver. Oliboni, que tu presenciaste, como a do governo Olívio, Tarso, Raul, Verle, entregaram mais de 36 mil regularizações fundiárias. A regularização fundiária tão fundamental para quem mora, o direito a saber que é seu, entrar e sair da sua residência documentada. O PT entregou mais de 16 mil unidades de habitação de interesse social, o PT fez no tempo do neoliberalismo! Fez frente no segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, fizemos mais casas que o Fernando Henrique! Porto Alegre, a Frente Popular, o PT, os vereadores na luta, os trabalhadores organizados, eles fizeram acontecer a política de habitação de interesse social! E o governo Melo o que faz agora, depois de ter sido vereador, ajudado a desmontar, participar dos programas do Fogaça, do Fortunati? Agora ele quer só mudar os cargos, não vem para cá uma política real para a regularização fundiária, não está aqui em discussão. Isso é triste! O PT fez mais de 52 mil entregas na cidade, 52 mil famílias no tempo que o governo federal tinha ojeriza às prefeituras, não reunia com os prefeitos, Ver. Pablo. E o Sebastião Melo, como está aqui? Querendo que a gente discuta reestruturação de cargos do DEMHAB. Mas o que é isso, secretário André Machado? O que é isso, meu Deus? Me apavora a incapacidade deste governo de olhar para as famílias, porque quando chove, alaga; para as pessoas que moram na beira dos arroios. Tão perigosa é a moradia

na beira de um arroio! E não tem a previsão de um recurso, não tem um programa! Oito meses de Sebastião Melo, e o que vem para cá, Vereador Matheus Gomes? Tu que conheces as periferias desta cidade, não vem para cá um programa de regularização fundiária para ser discutido; vem para cá uma reestruturação administrativa meramente. Onde está a reestruturação do DEMHAB para fazer concurso público? Não está aqui, não tem um compromisso, e dizia na campanha! E eu falo isso aqui, Ver.^a Mônica, porque o vice-prefeito hoje foi para o jornal dizer que instalou e vai instalar a política de microcrédito. Eu quero saber dos problemas do povão. Esta é a frase. Então me entristece que o Ver. Cecchim vem cá e fala, fala, fala do meu nome, mas ele não vem para cá entregar políticas públicas; vem para cá atacar este vereador que fiscaliza e luta por Porto Alegre. Eu falei aqui: Porto Alegre teve a entrega, no tempo do PT, de 52 mil unidades de IS ou programa de regularização fundiária. Qual vai ser a sua entrega, Sebastião Melo? Desafio V. Exa. a fazer política de habitação nesta cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Encerramos as discussões de 1^a e 2^a sessão de Pauta do dia de hoje. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, o Vereador Cassiá Carpes tocou num tema que, desde que eu cheguei aqui nesta Casa, a gente vem falando, que é rever o Regimento da Casa, rever algumas questões do Regimento, questões de plenário e das Comissões. Eu acho importante porque hoje a bancada do PT nos botou de castigo aqui. Eu não sei o que nós fizemos com as vossas excelências que vocês hoje nos castigaram. O Ver. Jonas falou 20 minutos aqui, ele falou 10 minutos na Pauta Especial, falou 10 minutos em liderança, que vocês deram para ele falar, e falou mais cinco minutos na Pauta. Em bancada de mais de um, a gente sabe como é que funciona, sempre tem um acordo, fala um em liderança hoje, fala aqui na pauta. Vocês são em quatro vereadores e hoje judiaram de todos nós aqui, então realmente nós temos que rever o Regimento para essas coisas, Ver. Oliboni, o senhor que é líder, para nós ajustarmos. Um vereador não pode usar o tempo inteiro de uma bancada para a gente ouvir aqui. O Ver. Jonas é o maior defensor das coisas que nunca ocorreram em Porto Alegre e ele quer que o prefeito Melo resolva tudo, Ver. Cecchim, da noite para o dia. Uma hora ele quer que façam as coisas do Município, outra hora ele acha que não é necessário; se faz, faz de menos, ou se faz, faz demais. Nós precisamos reorganizar o Departamento de Habitação, nós precisamos ter pessoas da área da habitação, engenheiros, arquitetos, nós precisamos ter pessoas que possam nos dar os pareceres para o Município. E eu volto a falar na questão que o Ver. Jonas bate tanto aqui, em concurso público, tanto o Ver. Jonas fala em concurso público. Então o Ver. Jonas bate tanto em umas questões, mas esquece de outras questões. O próprio vereador ficou seis meses só trabalhando no serviço público e o restante o vereador esteve à disposição do Simpa, esteve à disposição de outras

associações, e fez falta em várias escolas de Porto Alegre. Podia estar lá lecionando, podia estar lá ensinando. Então eu gostaria que o senhor fizesse também alguma autocrítica aqui, porque, se as coisas estão erradas, Ver. Jonas, é porque nós somos uma república, em que o poder financeiro que decide essas políticas públicas está lá em Brasília. Não é à toa que o nosso prefeito está fazendo o que todos os prefeitos fazem, está em Brasília, com um pires na mão, pedindo inclusive para que a Usina do Gasômetro que é um órgão federal seja entregue para a cidade Porto Alegre e está conclamando a população de Porto Alegre para que abrace o Mercado Público, a população de Porto Alegre que abraçou o Guaíba, o Laçador, que abrace a Usina do Gasômetro, que diga para o governo federal que essa Usina é o cartão postal da cidade de Porto Alegre, que essa Usina está sendo, em toda orla, reformulada, toda orla está ficando uma orla de primeiro mundo, e que seja entregue essa Usina para a cidade de Porto Alegre. É isso que o prefeito está fazendo, porque cada R\$ 100,00 arrecadado aqui, hoje, na cidade de Porto Alegre, no comércio, no serviço, no posto de gasolina, R\$ 62,00 vão para Brasília e é lá que nós temos que buscar os recursos. Nós não podemos mexer em nada que não é nosso, se nós não tivermos autorização, nós podemos revitalizar toda a orla, mas nós vamos ter a torre da Usina do Gasômetro, a própria Usina do Gasômetro, que é um símbolo da cidade de Porto Alegre, é um símbolo para quem chega na cidade de Porto Alegre, pela BR-290 ou para quem chega voando na cidade de Porto Alegre, está a formosa e bela Usina do Gasômetro no seu todo. Então o prefeito está lá buscando a cedência da União, para a Usina do Gasômetro, o prefeito não está lá vendendo a Usina do Gasômetro, como V. Exa. sugeriu aqui, o governo não está lá querendo leiloar a Usina do Gasômetro, o prefeito está lá buscando recursos para várias áreas do Município, porque os recursos estão lá em Brasília, nos Ministérios. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não havendo mais nenhum vereador inscrito em liderança, solicito verificação de quórum para que possamos ingressar na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 16h31min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Passamos ao encaminhamento e votação da Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/21, tendo em vista que a Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato, foi retirada.

Quero fazer um registro para o Ver. Claudio Janta de que o Ver. Aldacir Oliboni hoje, em liderança, fez a sugestão de que, na Pauta Especial, nós pudéssemos usar cinco minutos e que não foi acordado por parte do Ver. Roberto Robaina. Parabéns Ver. Oliboni, a gente tem que estar sempre otimizando o tempo.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0572/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/21, que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Porto Alegre, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime Próprio de Previdência Social do Município, autoriza o Município a aderir ao plano de benefícios de entidade fechada de previdência complementar, e dá outras providências. **(SEI 118.00165/2021-98)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 02, da Ver^a Lourdes Sprenger e do Ver. Idenir Cecchim (líder da Bancada do MDB);
- com Emenda nº 03, dos Vers. Jonas Reis e Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- retirada a Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-09-21 por força do art.81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o PLCE nº 009/21. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver.^a Nádia na presidência dos trabalhos; vereadoras e vereadores, não usarei meus cinco minutos, apenas para esclarecer o porquê desta emenda, em nome do Ver. Idenir Cecchim também. Ela altera abrindo para as entidades de previdência fechadas, públicas e privadas, e o projeto anterior só tratava de pública. Só então ampliando para essas entidades porque a Emenda Constitucional nº 103 fez essa alteração, mas continuam de fora as entidades abertas pela Emenda Constitucional. Então, era isso, senhores vereadores, ampliando a participação de entidades de previdência, agora que podem ser privadas ou públicas; só esses esclarecimentos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Informo aos vereadores que o encaminhamento está sendo da Emenda nº 02, da Emenda nº 03 e do PLCE nº 009/21.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu tenho uma questão de ordem.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Pois não, Ver. Robaina.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A minha questão de ordem, Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia, vice-líder do governo, é um alerta. Na verdade, a senhora, na presidência da câmara, tem que se comportar como presidente. Como vereadora, a senhora tem direito de falar o que quiser; como presidente, a senhora tem que ter o comportamento adequado. Não cabe ao presidente da Câmara, usando a palavra de Presidente conduzindo os trabalhos, fazer comentários a favor e, sobretudo, nesse caso, contrário a posições de vereadores. Se a senhora quer fazer o uso da palavra para contrariar algum tipo de encaminhamento feito por vereadores em reunião de liderança, a senhora use a palavra como a compete, não conduzindo os trabalhos. Na condução dos trabalhos a senhora tem que respeitar determinadas regras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Robaina. A informação foi dada, não fiz nenhuma discussão em torno da pauta.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia; vereadoras e vereadores, eu primeiro, vereadora, respeitosamente reitero o que disse que o Ver. Roberto Robaina, líder da minha bancada – PSOL – em relação às manifestações de V. Exa. Dito isso, me cabe encaminhar. Nós fizemos uma discussão, vereadoras e vereadores, sobre o que é de fato importante nesse projeto. E eu destaco, Ver. Oliboni, que já destaquei na discussão: há um dado da maior relevância, do maior significado neste projeto porque ele, na prática – veja bem, Ver. Leonel Radde, vejam bem vereadoras e vereadores – inclusive é incondicional porque ele reduz o salário. Ele reduz o salário, quando aumenta alíquota, na parte líquida do salário há uma redução. Então com redução salarial ele se torna incondicional; é absoluto isso e é imediato. Esse projeto tem um problema de redação – eu não acredito, Ver.^a Mônica Leal, que a intenção do governo fosse essa, eu não acredito. Eu acho que ele foi mal feito, foi mal elaborado, não foi calculada essa parte da redução salarial pelo aumento de alíquota sem aumento salarial. Não foi programado isso, eu não acredito em má intenção, má-fé; porém, o efeito danoso é o mesmo. Para servidora, para o servidor que

vai ter o seu salário reduzido por aumento de alíquota previdenciária, tanto faz se havia boa ou má intenção – eu acho que não havia má intenção –, mas há efetivamente o efeito danoso e, por isso, nós encaminhamos contra o projeto. E nesse caso me parece que não há qualquer possibilidade de debate para além das fronteiras dos marcos da própria Constituição. A irredutibilidade salarial é uma garantia constitucional; vão chover ações, inúmeras ações trabalhistas, inúmeras ações dos estatutários à Fazenda Pública. Não pode haver redução salarial, e é o que vai ocorrer na prática. Então encaminhamos contra porque o projeto não tem má intenção, mas ele é muito mal elaborado, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Comandante Nádia, comandando os trabalhos; senhoras vereadoras e vereadores, venho aqui analisar a emenda da Ver.^a Lourdes e, ao mesmo tempo, complementar o meu raciocínio que havia dito anteriormente em relação à Emenda nº 03 dos vereadores do PT que são contraditórias. Diz a emenda da Ver.^a Lourdes com o Ver. Idenir Cecchim: “a emenda visa à possibilidade de apresentação de propostas que possam ser mais vantajosas porque é um fundo, e cada fundo tem a sua administração. Conseqüentemente o seu *know-how* de aquisição de demandas, além de proporcionar um maior número de empresas na participação do processo, que fará seleção para gestão de regime de previdência complementar de serviços públicos”. Eu já disse aqui e quero salientar: é sorte do Ver. Jonas e do Ver. Oliboni – que foi na carona – acreditou no Jonas, Ver. Idenir Cecchim, é sorte que vai ser prejudicada a emenda porque há uma contradição dos vereadores do PT enorme – que sempre foi pregado – eles têm que ler mais, se informarem mais. Porque, conseqüentemente, me estranha a posição deles de não tomarem conhecimento da Emenda Constitucional nº 41/2003 do governo Lula – eles não sabiam, Cecchim, e deram essa mancada, deixaram uma deixa para nós – que alterou o § 5º, do art. 40 da Constituição Federal para determinar que o regime de previdência complementar pública deveria então ser administrado por identidades fechadas de previdência complementar de natureza pública, que foi alterada novamente pela Emenda Constitucional 103.

O que nós notamos e sempre falamos aqui é que tem certos vereadores da oposição que querem ser contra sempre, não olham as justificativas dos projetos, não estudam os projetos e querem só criticar o governo, seja estadual, municipal ou federal. E aqui fica bem claro – o Oliboni mesmo confessou para mim. Oliboni, tu és meu amigo de muitos anos e vocês vão se salvar pela forma que vai ser votada, ao ser aprovada a emenda da Ver.^a Lourdes e do Ver. Idenir Cecchim, automaticamente a de vocês fica prejudicada. Salvaram-se por tabela, Ver. Idenir Cecchim, do fiasco que iam

fazer, quando pregaram a vida inteira contra a sociedade anônima, contra os bancos e queriam agora se entregar aos bancos, que pena. E o Oliboni entrou nessa fria.

Então, na realidade, fica prejudicada a emenda que o PT criou sem observar a Emenda Constitucional nº 41/2003, do governo Lula, que já lá regrava essas questões. Então, parece que vem ao encontro daquilo que nós queremos; nós temos que, às vezes, estudar mais o projeto, analisar mais o projeto e não querer só idelologicamente criticar esse ou aquele projeto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Cumprimento os colegas vereadores, e eu me inscrevi para encaminhar brevemente aqui para fazer apenas dois comentários: primeiro, saudar a iniciativa desse envio de projeto do Executivo municipal – a gente já vinha identificando alguns problemas que precisam ser sanados também na questão da previdência complementar. E acho que é muito bem-vindo esse projeto, é importante também para os servidores e para nossa cidade. Especialmente cumprimentar a Ver. Lourdes pela Emenda nº 02 que eu entendo que é muito correta, alinhada com aquilo que nós vínhamos também refletindo, acho que facilita, não apenas o gestor público de optar pela melhor atratividade, pelo melhor produto para os seus servidores, aumenta a competição, portanto, pela melhor entrega; como também permite aos servidores terem uma melhor remuneração, uma melhor garantia da sua previdência complementar no futuro. Então é uma emenda muito positiva, é importante que seja aprovada, e eu encaminho aqui então o voto favorável ao projeto e também à Emenda nº 02. Vamos discutir a matéria, sei que tem uma emenda na sequência do PT que, infelizmente, nós divergimos e votaremos contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente. Eu também queria fazer apenas essencialmente dois comentários. Evidentemente que o nosso pessoal votará contra esse projeto, as razões essenciais foram apresentadas pelo líder da oposição, Ver. Pedro Ruas. Eu queria reforçar esse argumento porque é lógico que o tema da previdência é um tema que vem sendo discutido há muitos anos no Brasil. É certo que, durante o governo Lula, começou um processo de privatização, e quem conhece a história dos partidos e da política brasileira sabe que esse foi um dos

elementos que levou à divisão no interior do PT e que acabou resultando na própria fundação do PSOL, que evidentemente, não foi só envolvendo a questão da previdência, mas foi uma ruptura que significou uma ruptura mais de fundo, pelo fato de o pessoal ter surgido criticando o PT por aceitar fazer uma grande negociação e gerenciar o estado capitalista junto com o grande patronato e a reforma da previdência foi um dos movimentos que indicou esse caminho e o início da privatização da previdência. Mas, já faz muito tempo, muitos anos, nós não podemos – o Cassiá infelizmente faz isso – fazer os debates atuais simplesmente tentando apontar contradições dos outros. O Cassiá apoiou agora a candidatura do Bolsonaro, aliás, é do partido de dentro do governo Bolsonaro que é o governo nacional, que é o governo que está atacando os trabalhadores o tempo inteiro, produzindo o verdadeiro genocídio no País, e o Cassiá é do PP. O Cassiá ficar apontando a contradição dos outros sem ver suas próprias contradições eu não acho muito produtivo.

E o fato, o concreto que nós devemos debater hoje, não é o debate de 20 anos atrás, é a continuidade de um ataque que infelizmente o MDB tem feito agora, o governo Melo tem feito, que é o que o Ver. Ruas dizia, é uma é uma redução salarial real. Como o governo não pode – porque a Constituição não aceita – fazer redução nominal de salários dos servidores públicos, o governo trata de fazer redução dos aposentados, dos servidores. Infelizmente nós temos visto que a opção que o governo Melo tem feito é uma opção de ataque aos trabalhadores, de modo geral, e, ao mesmo tempo especificamente aos servidores públicos. Nós temos agora divergências na Carris, o governo contou com uma margem de parlamentares majoritária na Câmara e esse projeto de privatização da Carris não vai ter nenhuma serventia imediata, não vai melhorar o produto, o transporte vai piorar, qual é o resultado que tem esse projeto? Instabilidade e sofrimento para os trabalhadores da Carris, só isso. Isso é o que o governo produziu com a votação que ele fez na Câmara. Infelizmente tem sido essa a pauta do governo: arrocho salarial é a tônica; e, nesse caso, mais do que arrocho salarial é redução de salários, por que é o salário indireto e esse salário indireto está sendo reduzido. É muito grave o que está ocorrendo infelizmente nós vamos votar contra, encaminhamos contra e esperamos que a sociedade passe a acompanhar os debates da Câmara para evidentemente identificar quem é quem no interior da Câmara dos Vereadores. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Uma questão de ordem, só para informar que essa emenda que eu citei foi a que desmembrou o PSOL do PT e hoje estão unidos, como se fosse um puxadinho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, senhoras e senhores vereadores, Ver. Cassiá, V. Exa. me bateu a carteira, mas eu vou repetir também: ouvindo o discurso do Ver. Robaina, que deu uma alfinetada no PT, mas isso é normal, eu até, às vezes, fico olhando assim... O Ver. Robaina saiu de dentro do PT, mas o PT não terá saído de dentro dele? Ou é melhor ser do PT ou ser um puxadinho, como tem acontecido nas últimas eleições? São questões que a gente se faz. Mas V. Exa., Ver. Cassiá, foi muito claro, hoje, aqui da tribuna: a emenda que nós estamos votando agora, se for aprovada, libera o PT dessa privatização, não é? Mais uma privatização PT faria na previdência. Então nós vamos regular, dar oportunidade às companhias públicas fechadas e às companhias privadas fechadas. A Ver.^a Lourdes, que tem muita experiência nisso, foi auditora, me socorreu muito nisso. Eu, particularmente, tenho uma simpatia especial pela RS-Prev, que é uma companhia pública fechada. Vejam aqui um liberal falando nisso, mas como este projeto é do governo, mas o governo não quer se meter no Parlamento, e eu, como líder do governo, estou aqui apoiando esta emenda que resolve grande parte de toda a base, mas também resolve a emenda do PT. Nós precisamos aprovar esta para que a emenda do PT seja prejudicada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridos colegas, povo de Porto Alegre, municipais e municipais, a realidade é a seguinte: tem gente que vem a esta tribuna falar do PT; só sabem falar do PT, do PT, do PT. Fiquem calmos, meus queridos! O PT logo voltará, para a alegria de vocês, Cecchim, Cassiá, entre tantos outros. O Lula está vindo aí! Vai ter política de habitação, vai ter política pública, vai ter comida na mesa, vai ter salário! Fique calmo, nobre vereador. Fique calmo. Vai ter valorização do funcionalismo, mas não vai ter esse tipo de projetinho de vocês, de entrega do futuro de Porto Alegre para as mãos privadas. Vocês não acreditam na solidariedade, na cooperação, por isso previdência complementar, é individual, isso é previdência privada - essa é a realidade. E, mais do que isso, reduzindo a capacidade do servidor de acreditar numa carreira pública. Um projeto de lei desses é uma vergonha para uma Prefeitura que está sucateada; deveria incentivar os servidores. O Previmpa, nós já falamos em outro momento, meus queridos, retomem as nossas falas, o Previmpa é superavitário! Tem R\$ 3 bilhões em caixa, não precisa de nenhum projeto, não precisa de nenhuma modificação! Os mesmos vereadores que votaram com o Marchezan naquele elefante branco, que agora está sendo soterrado por esse novo, vão votar agora. Fato é que nem sabem e nem entendem de previdência. Votaram com o Marchezan porque eram do governo dele. O Cassiá tinha o vice; um vice de enfeite, que não participava, não decidia nada, era do PP. E agora ele vem aqui de novo; agora ele não tem nem vice. Agora, talvez, seja mais fácil. É o seguinte, gente: nós não votaremos

nesse projeto - nós, do PT -, porque nós acreditamos num servidor valorizado, nós acreditamos que o funcionário público é quem desenvolve a política pública, independentemente de qual governo esteja na Prefeitura. Nós queremos que a política pública exista. Não tem como ter política pública se não tem futuro previdenciário! Vocês estão condenando o Previmpa a morrer daqui 20 anos, daqui cinco prefeitos. Vai ter problema para pagar porque vocês estão estragando uma baita construção do PT, que foi o Previmpa - que era um fundo próprio, bem gerido por funcionários públicos! Vão entregar, agora, para gente de fora da Prefeitura, para interesses que a gente nem sabe quais são! Vocês estão sendo inconsequentes! Uma geração de políticos inconsequentes com o futuro de Porto Alegre. Não se faz Porto Alegre olhando para trás, quando não tinha uma previdência real, robusta, como a que temos hoje, o Previmpa. Nobres colegas, o tempo é de olhar o que deu errado. O governo Marchezan deu errado e vocês vêm e apresentam projeto semelhante. Olhem o que deu certo. O Previmpa deu certo, potencializem o Previmpa, façam concurso público, que as pessoas recolheram na integralidade para se aposentar na integralidade. Qual é a dificuldade de valorizar um médico, um enfermeiro, uma professora, uma monitora, um gari, um trabalhador do saneamento? Vocês mesmos defendem políticas públicas, mas atacam o servidor a toda hora. A toda hora é um ataque ao funcionalismo público! Nós estamos há oito meses, o fogo é cruzado. Tenham consciência, nobres vereadores, votem contra esse projeto do Melo. Chega de cabresto! Digam que vocês querem debater a cidade do futuro, que vocês acreditam que Porto Alegre pode ser diferente, que uma legislatura não pode se encerrar nela própria, pensando só em quatro anos, só no que vai fazer logo ali adiante. Tem que se pensar no dia de amanhã! E esse projeto soterra a capacidade do Previmpa existir, porque um dinheiro dos próximos que entrarão não entrará mais no Previmpa, meu líder Oliboni. O Previmpa eles estão matando à míngua. Eles querem matar à míngua os servidores públicos. Já não bastam cinco anos de arrocho salarial, quase 30% a menos no salário. É indignante! Eu falo aqui também pelas municipalidades e municipais, isso é triste, Presidente. É triste um governo que precisa dos servidores na escola, na saúde, em todos os lugares e aqui, hoje, traz para nós um projeto de previdência complementar. Nós, do PT, votaremos contra - Laura Sito, Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Jonas Reis - porque esse projeto é retrocesso, e é contra o retrocesso que o PT luta nesta cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos para encaminhar, vamos para votação nominal por emenda. Solicito que o Sandro, da Diretoria Legislativa, oriente a votação, por gentileza.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Passamos, então, à votação da emenda nº 02, lembrando que a emenda nº 01 foi retirada.

Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/21. Fica prejudicada a Emenda nº 03.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 009/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 009/21. Fui avisado de que estamos com problemas no microfone, está com retorno o microfone do Sandro. Os vereadores que estão *on-line* estão reclamando do retorno.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Márcio, é muito mais grave... (Problemas na conexão.) ...Eu sequer pude acompanhar a votação e fui comunicado que meu tempo de liderança...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos ver se o som melhorou agora.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Presidente, uma questão de encaminhamento de votação. Vamos votar agora uma moção de autoria desse vereador e eu acredito que haja consenso na Casa - falei com vereadoras e vereadores -, mas há diversas outras moções que nós poderíamos votar em conjunto até sem encaminhamento, e ganharíamos muito tempo na Casa sem encaminhar.

Sr. Presidente, solicito formação de um bloco de votação para os requerimentos priorizados.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está ótimo. Se ninguém encaminhar, vai mais ligeiro. Vamos fazer votação simbólica.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, só para deixar registrado: são três as moções, uma moção do Ver. Pedro Ruas que fala sobre a tramitação do plano de carreira da Defensoria, que é o número dois; a moção de solidariedade do Ver. Alexandre Bobadra; e a moção de repúdio ao crime contra a Daiane Kaingang. A sugestão é fazer em bloco e fazer a votação simbólica, sem encaminhamento, sem nada. Tem que ver com as lideranças se há acordo.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Queremos consultar se tem como registrar discordância numa delas, aí pode votar simbólico e registra numa delas para não precisar...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há acordo, votaremos um a um.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 231/21 – (Proc. nº 0837/21 – Vers. Pedro Ruas, Leonel Radde, Matheus Gomes, Aldacir Oliboni e Ver^{as} Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Laura Sito e Karen Santos) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao PL 146/2021, ora em tramitação na Assembleia Legislativa deste Estado, Processo de Lei este de origem da Defensoria Pública do RS e que altera a Lei nº 13.821, de 25 de outubro de 2011, que cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, altera seu Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e dá outras providências”. **(SEI 207.00038/2021-81)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 231/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 203/21 – (Proc. nº 0708/21 – Ver. Alexandre Bobadra) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao chamamento/aproveitamento de todos os aprovados no concurso da Susepe – que expirará em 15 de setembro de 2021 – que estão aguardando apenas a nomeação e convocação para o curso de formação”. **(SEI 222.00105/2021-41)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 203/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Req. nº 215/21. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 215/21 – (Proc. nº 00776/21 – Ver^a Daiana Santos) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao crime contra Daiane Kaingang”. (SEI 209.00124/2021-91)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 215/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 236/21. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 236/21 – (Proc. nº 0885/21 – Ver. Ramiro Rosário) – requer seja o período de Comunicações do dia 25 de outubro destinado a assinalar o transcurso dos 504 anos da Reforma Protestante. (SEI 197.00208/2021-66)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 236/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0841/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1953 – que estabelece a obrigatoriedade de “recantos infantis” em edifícios de apartamentos residenciais. (SEI 118.00241/2021-65)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Professor Wambert: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela rejeição do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. André Carús: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por uma Sessão em 23-08-21;
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL n° 078/18. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL n° 078/18.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, não sei se o som está bom aqui, Presidente. Vereadores e vereadoras eu tenho o maior respeito sempre que divirjo dos vereadores e das vereadoras em algum ponto específico, e o Ver. Felipe Camozzato sabe que nós temos divergências e eu respeito as suas ideias e seu ponto de vista, e já falei isso algumas vezes na tribuna, que são pontos de vista divergentes e honestos. Nesse caso específico aqui o Ver. Camozzato pretende revogar uma lei de dezembro de 1953 que foi e é um grande avanço na nossa cidade. Vejam bem, o que prevê, Ver.^a Mônica Leal, e já discuti com V. Exa. esse tema... Veja bem, Ver.^a Bruna Rodrigues o que prevê esse projeto; a lei de 1953 é uma lei extremamente importante, foi a primeira em Porto Alegre de valorização do espaço infantil. A primeira, Ver.^a Laura Sito, em 1953, e nem eu, que sou dos mais velhos aqui, tinha nascido. Sou de 1956. Essa legislação foi estudada por nós nos anos 80, eu era vereador, e foi considerada e inclusive homenageada na OAB pelos criadores do ECA - eu estive na comissão -, como uma lei pioneira na valorização do espaço para crianças, do espaço de lazer, um espaço que de fato fez diferença enorme na vida de gerações até agora. É claro, por óbvio, que os grandes empreiteiros ou grandes construtores não gostam dessa ideia, assim como não querem sala de cinema, não querem sala de teatro, não querem os espaços infantis porque gastam mais. Claro, para construir, gastam mais, mas são espaços de extrema importância na formação e na convivência das crianças, naquilo que os pais podem... Via de regra são as mães... Ver.^a Mônica Leal, quantas vezes V. Exa. utilizou-se dessa legislação aqui para criar seus filhos? Tenho certeza que todas as mães utilizaram, todas as que tiveram condições de morar em prédios com alguns espaços para crianças. Repito: foi e é considerado um avanço na legislação, a primeira, a lei pioneira em proteção a espaços infantis. E nós vamos então revogá-la? Não, não é possível, sempre vereador Alex Fraga, não é possível e não é correto revogar essa lei. Eu não estou questionando a legitimidade de quem propõe, mas eu estou entrando diretamente no mérito, e no mérito é ruim para a cidade, Ver. Leonel Radde, é ruim porque retira espaços significativos

para a convivência das crianças e para o descanso das mães. Nós falamos tanto na dupla e na tripla jornada nas mulheres, o que é verdade, o que é verdadeiro, pois bem, isso aqui alivia um pouco, alivia um pouco.

O espaço para crianças, um espaço protegido e seguro alivia, com certeza, para as mulheres mães de família. Com certeza! Então a nossa discussão neste sentido, e aqui é discussão ainda, é para mostrar que esse projeto de revogação do Ver. Felipe Camozzato não contribui para a cidade, pelo contrário, ele nos faz retroceder em algo que foi uma conquista que até hoje recebe homenagens por ter sido pioneira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Essa informação do Ver. Pedro Ruas de que era a primeira legislação eu não sabia, mas de qualquer forma já pensava na importância disso. Mas eu quero abordar por outro caminho o debate. Nós vivemos um momento onde a pauta liberal se apresenta como se ela fosse a única forma de garantir a eficiência dos serviços, a eficiência do Estado, e o Ver. Camozzato normalmente nos apresenta aqui um conjunto de ideias de revogação de algumas leis, sempre dando um ar técnico, formal, acusando obsolescência ou algo do tipo em relação a essas proposições. Inclusive nas suas redes sociais apresenta com orgulho a revogação de mais de 44 leis, algumas inclusive já contaram com o meu voto. Mas de fato eu quero aqui chamar atenção para um aspecto de princípio mesmo em relação ao papel do Estado. O Ver. Felipe, mantendo a sua coerência da ideia de que o Estado nada deve regular, uma ideia da qual discordo frontalmente e por isso eu me coloco em oposição, e por isso eu quero chamar a atenção a essa visão quase anárquica do capital, que é absolutamente minoritária na sociedade e é absolutamente minoritária neste plenário, e, muitas vezes, com ar formal e técnico, acaba carregando para essa posição vereadores conservadores, vereadores centristas, vereadores sociais-democratas que talvez nem sempre parem para analisar com mais atenção as proposições. Na prática, muitas vezes essas proposições colocam o lucro acima dos interesses do bem comum, da segurança, do bem-estar da população e do próprio bem-estar da sociedade. Eu faço essa reflexão porque é disso que trata essa proposição em relação aos recantos infantis. O Ver. Pedro Ruas já nos informou que essa foi a primeira legislação aqui na cidade que tratava de uma política para a infância, algo que é extremamente recente e que tem a sua seguridade a partir de 1988, na Constituição, portanto ela não deve ser tratada como um problema de execução da lei, ela não pode ser tratada como tema de obsolescência, ela não pode ser tratada como uma lei que caiu em desuso. Ou nós vamos agora permitir ou dialogar com a ideia de que, se, por algum momento, a segurança de prédios não estiver sendo executada da melhor maneira, nós devemos flexibilizar a legislação que trata sobre extintores de incêndio ou que nós devemos flexibilizar as leis sobre segurança no

trânsito, enfim. Há um conjunto de ideias que nós não podemos acreditar que o estado deva flexibilizar o seu papel regulador. E nesse sentido eu, como mãe, me sinto extremamente sensível ao tema da defesa dos direitos das crianças, da infância, que está garantido, inclusive, na Declaração de 1957, nos artigos 4º e 7º, que confere aos meninos e às meninas o direito à alimentação, recreação e assistência médica, assim como uma ampla oportunidade de brincar e se divertir. Mais recentemente o ECA também trata disso no seu art. 16, que estabelece o direito de brincar, praticar esportes e também de se divertir, assim como a própria Constituição que, no seu art. 6º, garante a proteção à infância. Portanto, a revogação dessa legislação não ajuda no processo da garantia dos direitos das crianças, do direito ao pleno exercício seguro da infância, pelo contrário, ela regride sobre isso. E regredir sobre isso, nós dialogarmos com a ideia de regredir sobre os direitos da infância, é de fato um caminho extremamente perigoso, não é, Ver.^a Lourdes? Portanto, a gente compreender que essa ideia anárquica da desregulação do estado de tudo, ela não é possível. O estado precisa garantir o bem-estar comum; o bem-estar da sociedade; garantir a proteção à infância. Parece um tema simples, mas ele resguarda um conjunto de simbologias. Garantir que as crianças possam brincar em segurança nos seus condomínios; garantir o seu direito a se divertir; o seu direito de troca; de sociabilidade, é disso que nós estamos falando aqui. Tratar as leis como se elas fossem obsoletas ou não, vamos lá, riscamos, fazemos outros, escrevemos num papelzinho, não é bem assim que a reflexão do poder público deve ser feita. Portanto, me coloco aqui contrária a ideia da revogação desta legislação, acho que ela vai na contramão dos debates que nós temos que fazer, que vão no sentido de ampliar a proteção à infância. Nós vivemos numa cidade que, andando pelos sinais trânsito, nós vemos um aumento do número de crianças trabalhando. É disso que nós estamos falando, vendendo bala, vendendo tudo, são várias crianças a cada sinal. Portanto, a gente fazer um debate que vai na contramão disso me parece, além de conceitualmente um equívoco sobre o papel do estado, uma perversidade do ponto de vista do papel do poder público.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir PLL nº 078/18.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Mais uma vez na tribuna, gostaria de informar aos meus colegas, que sempre me informo com pessoas entendidas nesta matéria, no caso pedagogas, pedagogos, psicólogos e psiquiatras. Então o PLL nº 078/18, que revoga a Lei Municipal de 1953, que foi homenageada na Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, que estabelece a obrigatoriedade da existência dos recantos infantis em edifícios de apartamentos residenciais em Porto Alegre, eu penso que o ideal é haver a garantia e a manutenção pelas construtoras. Os *playgrounds*, como eram chamados os recantos infantis nos edifícios e condomínios residenciais, são muito importantes para o desenvolvimento das crianças, mais que um passatempo divertido,

são opção para uma atividade fora do apartamento. E já sabemos que a atividade nos brinquedos infantis ajuda – vejam bem o que pedagogos, psicólogos e psiquiatras falaram – no desenvolvimento e na coordenação motora, na parte cognitiva, social e afetiva. Eu gostaria de pedir, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, que o senhor me escutasse nesta fala, vou repetir, informações de pedagogos, psiquiatras e psicólogos: atividade nos brinquedos infantis ajuda no desenvolvimento e na coordenação motora, na parte cognitiva, social e afetiva pela socialização da criança. Lá elas podem pular, correr, rolar, segurar, praticar força, alongamento, equilíbrio, além de brincar na areia. Isso ajuda as crianças adquirir habilidades, a desenvolver o domínio completo do corpo e crescerem saudáveis e felizes. Psicólogos reforçam a importância dos espaços infantis, dos *playgrounds*, como espaço de lazer nos ambientes coletivos de condomínios, mas também de escolas e clubes. Quem dera que todas as nossas praças e parques tivessem segurança e boa manutenção. Muitas possuem, mas um local dentro dos condomínios facilita para os pais, mães, avós e cuidadores na hora de proporcionar a brincadeira, o exercício ao ar livre, o sol, com esse detalhe importantíssimo: a segurança! Quantas mil crianças desaparecem por ano no Brasil afora! Segurança por não estarem nas ruas, mas também segurança dentro das áreas térreas comuns dos prédios, onde passam carros, bicicletas, cachorros, e onde deve haver regramento e espaço para todos. Reforçando, um recanto lúdico, com brinquedos apropriados, reservados, age no seguinte, de novo, psiquiatras, psicólogos e pedagogos: estimula o aprendizado das crianças; estimula a sociabilidade; oferece brincadeira com segurança; estimula a atividade física; melhora a qualidade de vida; estimula a imaginação; confere praticidade para os pais. Frente a tudo isso que foi pesquisado, eu, como jornalista e repórter, questionei pessoas entendidas. Eu faço aqui uma pergunta para aqueles que são pais, mães, tios, padrinhos ou avós, como eu hoje sou: os senhores e senhoras terão coragem de colocar a sorte na mão da construtora? Ela vai decidir se vai construir, ora nós sabemos que não é assim. E mais, não tem lei para cachorródromo? Como é que vocês, como é que nós vamos dormir tranquilos extinguindo uma lei que é fundamental para as nossas crianças. As mães trabalham, são arrimo de família, são chefes de família, elas estão seguras que os filhos estão nas áreas infantis. Só quem pensa em fazer algo nesse estilo é quem até hoje não teve filhos. Sinto muito, meu voto é contra, e eu peço aqui, principalmente ao líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, que eu conversei demoradamente sobre isso, eu não creio que seja benéfico para as nossas crianças. Eu não vou dar o meu voto para retirar as áreas infantis, que hoje a nossa tem cidade tem, prêmio na Ordem dos Advogados do Brasil. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver. Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir PLL nº 078/18.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Idenir Cecchim, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós aqui temos a

oportunidade de apresentar projetos de nossas atividades, daquilo que nós entendemos e temos a certeza que serão benéficos para nossa cidade. Eu quero iniciar falando de cachorródromos, também, que a Ver.^a Mônica falou. Os cachorródromos são um espaço de lazer entre tutores e animais. Tutores que chegam em casa, que não têm um outro espaço e levam o seu animal para fazer esse lazer. Por quê? O animal que fica em casa preso o dia inteiro, se não tiver uma saída, uma forma de cansar, como se diz, ele vai incomodar o vizinho, ele vai latir, vai gerar problemas, inclusive, muitos problemas na Justiça têm ocorrido em relação a condomínios, síndicos e moradores. Mas eu entendi bem o que a Ver.^a Mônica disse. E nós temos grandes espaços, como na praça da Encol, entre outros na cidade que são bem-vindos. Sobre esse projeto do Ver. Camozzato, já é bem antigo é de 2019, eu já tinha dado um parecer, Ver. Camozzato, e tive a convicção de que ele deverá ser mantido: meu parecer é contra. E eu quero ressaltar o que eu escrevi, pelo menos, alguns parágrafos. É importante ressaltar que a premissa básica de criar condições para que a criança cresça em um ambiente saudável no sentido de gerar recursos necessários para desenvolver o seu potencial como o ser humano, oferecendo boas oportunidades de habitação, saúde, educação e também para brincar. Para tanto é necessária a destinação de espaços. Veja bem, nós temos hoje lutado por espaços para animais e seus tutores, também para crianças que são espaços que vão estimular todos os sentidos, a sua imaginação, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades e estimular sua criatividade. Também eu relatei, no meu parecer, que o princípio 7º da Declaração dos Direitos da Criança intitula-se: direito à educação gratuita e ao lazer infantil, e diz que a criança deve desfrutar plenamente de jogos, brincadeiras, os quais deverão ser dirigidos para a educação. Então a sociedade, as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito. E ainda promover o lazer infantil, que vem perdendo, ao longo dos anos, sua importância na vida das crianças. Originalmente concebidos segundo fortes princípios de bem-estar e cuidados com a infância; hoje encontra-se empobrecidos, subutilizados. Então é necessário refletir sobre os fatores que levaram essa situação e pensar novas formas de conceber este que é um dos primeiros espaços públicos vivenciados pelas crianças. Estão neste encaminhamento, eu quero reforçar a importância de um espaço agora na pandemia, muitas pessoas trocaram seus imóveis para ter uma sacada, uma peça a mais para o seu home office, que veio para ficar e acredito que continuarão sendo híbridas as nossas atividades, sendo de escritórios, de outros tipos de empreendimentos ou estabelecimentos. Então tudo isso mudou a vida das pessoas, a busca de espaço e quem não tem espaço, tendo um pequeno espaço, no andar térreo do seu prédio, já satisfaz, já ajuda quem tem filhos. Porque a gente sabe – eu que sou mãe, meu filho já cresceu – da necessidade de levar e não sair, não se distanciar, às vezes, do prédio onde se reside, para levar a criança também para fazer a sua brincadeira, a sua corrida, ver os amiguinhos. Nesta discussão, eu fico com meu parecer contrário a este projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir PLL nº 078/18.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu fico achando sempre muito interessante a visão que o partido NOVO tem sobre diversas políticas do nosso país. Hoje, nós temos esse debate envolvendo espaço de recreação infantil em edificações e imóveis. Mas é simbólico, para quem está assistindo, de repente, pela TV Câmara pode pensar; "Ok, ter ou não ter é uma opção." Ou talvez seja um debate menos relevante para nossa capital, que tem problemas de saneamento básico, que tem problemas estruturais na área da Educação, na Saúde, tem demandas aparentemente mais urgentes do que talvez o debate que nós estejamos fazendo. Mas esse é um debate estrutural, é um debate que, na verdade, demonstra como determinados grupos sociais e políticos compreendem as políticas públicas e também as partes envolvidas nos relacionamentos sociais. Se durante a nossa pandemia, esta pandemia que estamos passando neste momento, não tivéssemos esses espaços nesses condomínios ou nesses edifícios, que tão bem foram relacionados aqui pelo Ver. Pedro Ruas, pela Ver.^a Mônica, pela Ver.^a Lourdes, demonstrando a relevância desses espaços de convívio, de atividades, lúdicos, e o efeito que isso tem na educação das crianças; o efeito que isso tem na socialização; o efeito relevante que isso tem, inclusive, na saúde mental e física das crianças. Pensando também nas mães, na sua dupla ou tripla jornada de trabalho, como ficaria em relação aos seus filhos. Mas isso é uma lógica, que faz parte de uma concepção de mundo, daqueles que pensam simplesmente em maximizar lucros e fazer políticas para favorecimento dos grandes empresários; da nossa elite nacional; da concentração de renda e mesmo que para isso tenham de prejudicar a população que mais necessita que são as nossas crianças, as mães, as mulheres. Não é pensado, em nenhum momento, o impacto que isso tem no cotidiano de diversas famílias. Se observa simplesmente a questão financeira, quanto a construtora vai economizar e não ter tal obrigatoriedade, e isso é recorrente por parte do partido NOVO e desse grupo neoliberal, já não é mais o neoliberalismo da década de 1990. É uma lógica recorrente, é uma lógica de maximização dos lucros, redução dos investimentos e sempre ataca aqueles que mais precisam, os grupos que necessitam daquela política ou daquele espaço, por exemplo, que é o que a gente está tratando hoje, um espaço de convívio, um espaço lúdico. Nós vemos hoje, por exemplo, apartamentos cada vez menores, cada vez mais parecendo caixas de fósforos, cada vez mais caros, com cada vez mais precariedade de material, materiais mais baratos, menos quantidade de materiais. E a gente vai se adaptando, vai mudando a legislação, vai aceitando esse tipo de política, enquanto as construtoras estão cada vez mais potentes, com cada vez mais recursos, cada vez mais ricas, enquanto as nossas crianças vão perdendo os seus espaços. Por isso votaremos contrários a essa iniciativa, a essa proposta. E fica aqui, mais uma vez, uma reflexão de que tipo de política estão sendo implementadas por alguns partidos nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde aos colegas, boa tarde ao Ver. Cecchim, que preside os trabalhos. Eu venho aqui manifestar a posição do PCdoB referente ao projeto que revoga a Lei de 1953, projeto de autoria do Ver. Felipe Camozzato, e eu queria manifestar aqui a nossa indignação referente ao projeto a partir de vários olhares. Eu acho que esse projeto é inaceitável, porque nós podemos observar ele a partir de vários aspectos. O primeiro deles é que esse projeto é a prova de que o NOVO, o Ver. Felipe Camozzato e o Ver. Ramiro, que gesticula aqui na minha frente, desconhecem a realidade do povo brasileiro, desconhecem a realidade da periferia da cidade, porque se conhecessem a realidade da periferia e dos grandes debates que hoje incidem sobre as nossas comunidades, entenderiam que uma das grandes demandas da nossa juventude são os espaços de lazer, são os espaços de integração, que fazem com que a nossa juventude hoje seja alçada ao tráfico de drogas e tenha como único espaço aquele que muitas vezes não é o adequado, aquele que muitas vezes não é o que deveria ser bem aproveitado. Essa é mais uma prova de que o Ver. Felipe Camozzato é desconectado com a realidade da cidade, e tenho muito respeito pelo vereador, porque eu sou mãe e acredito, não conheço a vida particular do vereador, que ele não seja pai, porque, se fosse pai, vereador, acredito que pretenda ser também, o Ver. Ramiro é pai, mas deve ter *playground* no condomínio onde ele vive, que vai querer que o filhinho dele desça para brincar no parquinho. Eu sou mãe de uma menina que tem hoje 16 anos, mas um dos grandes momentos em que eu e a minha família podíamos ter o nosso momento de lazer, é o espaço em que nós descíamos para o parquinho. Acho inadmissível quando alguns vereadores olham somente para um lado da cidade e não olham para o todo. Se olhassem para o todo, entenderiam o impacto do que propõem. Não basta ser o vereador que mais revoga lei, precisa conhecer a realidade concreta das nossas comunidades, Ver. Ramiro, porque se conhecesse, entenderia o impacto negativo de projetos como esse. E, com todo o respeito às tuas opiniões, eu te convido a andar na Cruzeiro e entender o impacto da retirada dos campos de futebol com a Avenida Tronco. Eu queria que tu pudesses ver com teus próprios olhos como a retirada daquele espaço fez com que a violência aumentasse, porque a nossa criançada hoje não brinca mais nos espaços de lazer, perdeu essa integração. E se conhecesse, inclusive, as Cohabs, que são espaços onde as construções estão cada vez menores, e que muitas vezes esses espaços de integração garantem o lazer das famílias. Entrega toda e qualquer decisão à iniciativa privada, como se o grande empresariado fosse defensor das causas sociais e garantidor dos direitos básicos da população. Não é, não é. Nós não temos empresariado que garanta à sociedade, que garanta à nossa população porto-alegrense, que esses espaços vão ser garantidos ou que vão ser analisados partir da população que vai utilizar esse espaço, que vai morar nesses espaços. Revogar essa lei é dar uma carta em branco para a iniciativa privada. Eu acho que esta Casa precisa corresponder, precisa dizer não. Nós não podemos entregar todas as decisões para a iniciativa privada. Essa lei é uma lei construída com cunho social; é

uma lei importante, Ver. Camozzato, é uma lei importante, Ver. Ramiro, é uma lei importante para as nossas famílias, é uma lei importante para as nossas comunidades, é uma lei que garante a dignidade social, porque nós não queremos só morar, nós queremos ter dignidade para morar e dignidade também dialoga com o lazer das nossas comunidades. É por isso que a bancada do PCdoB, Ver. Cecchim, eu e a Ver.^a Daiana seremos contrárias a essa lei, e acho que esta Casa precisa dar resposta, porque nós não somos legisladores da iniciativa privada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Cecchim, que está presidindo a sessão neste momento. Eu quero dizer que eu acho que nós estamos com um problema de entendimento a respeito desse projeto de lei. Em nenhum momento aqui, esse projeto diz que não pode ter que recantos infantis. Esse projeto desobriga, tira a obrigação do empreendedor fazer um recanto infantil. Vamos lá, vamos falar sobre liberdade da pessoa que quer comprar um apartamento e ela poder optar, se quer ter um *playground* no seu prédio, uma piscina ou não. As pessoas, naturalmente, vão estar procurando aquilo que lhes beneficia. Não é papel do estado, e aqui eu falo da Prefeitura Municipal, estar definindo que prédio público, que residencial de edifícios de apartamentos, tenham a obrigação de ter um recanto infantil. Ver.^a Bruna, lei importante para o Município fazer, é lei que dê educação com qualidade para essas crianças, que dê saúde para o povo de Porto Alegre, não ficar definindo se o prédio tem que ter quatro andares, cinco andares, tem que ter *playground*, tem que ter piscina, as pessoas também têm que ter a sua liberdade de escolher. Tenho certeza que uma pessoa que quer comprar um apartamento, vai procurar aquele que mais lhe convém. E nós não estamos dizendo, em momento nenhum, que nós não gostamos das crianças, que as crianças não devem brincar, enfim, o que nós estamos falando aqui, é desobrigando o empreendedor de fazer, construir um recanto infantil que de certa forma vai ser repassado também para o bolso do comprador. Não sejamos aqui inocentes, pensando que esse *playground*, que essa piscina, essa quadra esportiva, seja lá o que for que tenha de acréscimo dentro de um ambiente social de um prédio residencial, não vai ter o repasse para o bolso do comprador. Mais do que isso, vou reforçar: ninguém está falando que não gosta de crianças, ninguém está falando aqui que as crianças não têm que ter espaço para brincar, mas também nós estamos falando que as famílias que forem adquirir um apartamento, por óbvio, vão escolher o melhor bairro, vão escolher um local onde o apartamento tenha a maior insolação ou não; se eu me interessar por um apartamento que tenha um recanto infantil, assim eu o farei, vou procurar, mas se eu não me interessar? Por que essa obrigatoriedade? Liberdade é a minha palavra inicial e assim eu serei durante o período que estou aqui na Câmara Vereadores, trabalhando sempre com muita legitimidade e com muita coerência na minha fala. Eu quero que o

Município se preocupe com leis que, realmente, façam a mudança na vida das famílias, que é através de uma educação melhor, de qualidade, de saúde de para todos, de segurança, de saneamento básico. Por que nós não estamos falando de saneamento, de iluminação nesses prédios residenciais? As pessoas também têm que ter a sua liberdade de procurar aquilo que mais lhes convém.

Por isso vou votar favoravelmente a esse projeto, parabenizando o Ver. Camozzato por estar desburocratizando Porto Alegre, aumentando a quantidade de empreendedores que podem, sim, construir sem ter piscina, sem ter recanto infantil e também a possibilidade das pessoas, que são compradores, de terem a oportunidade de comprar também um apartamento que não tenha um recanto infantil, porque não interessa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): É exatamente dessa forma que eu inicio, com o que o Ver. Ramiro acaba de me repassar aqui: querem roubar a nossa infância. É exatamente dessa forma, vereador. Acho importante subir aqui para falar que nem todas as crianças, que nem todas as pessoas têm a mesma condição. E a gente tem que levar isso em consideração para pensar projetos que incluem e não que afastem, e não que, definitivamente, venham a trazer, de forma mais acentuada, essa desigualdade. Se a gente está falando de todo um projeto que organiza e possibilita, de forma lúdica, a infância com um processo, Ver. Pedro Ruas, de construção desse sujeito, a gente tem que entender que isto, esses espaços, que são espaços de lazer, são espaços de convivência, eles têm que fazer parte. A gente, quando anda pelas comunidades, na verdade dá para falar da habitação popular, das moradias populares, que sim, Ver.^a Nádia, precisam ter iluminação, precisam ter o saneamento, precisam ter toda uma série de estruturas, que de fato, hoje em dia, estão em falha. Então retirar, ainda que seja e ainda que pareça bom, essa possibilidade de estar tendo momentos de lazer em família, essas famílias estão atacadas por esse processo de um projeto socioeconômico que afeta diretamente a essas comunidades, onde mulheres, em grande parte, chefes de famílias, negras, também trago esse recorte, porque são essas as pessoas que aqui nós estamos trazendo para o debate, sofrem para manter o mínimo subsidiado na mesa. É disso que a gente está falando, e quem não compreende a realidade, eu faço esse convite para que me acompanhem numa das saídas pelas ruas, pelas comunidades desse município, tão atacado, tão afetado por esse momento de pandemia, mas, principalmente, por essa tragédia que é uma tragédia humanitária e essa crise que só acentua a desigualdade para aqueles que definitivamente nunca tiveram muito, mas não faltava, Ver. Pedro, tinha na média, na mesa, mas não faltava; agora falta. Como que a gente vai ampliar esse debate? Como que a gente ainda retira? Será que já não bastam todos os retrocessos que nós temos aqui? Falando, e acho importante ressaltar, do

aumento do desemprego, e neste mesmo momento, a gente debate privatizações, extinções de cargos, e aí a gente retira a possibilidade do lúdico, da construção de outros movimentos que venham a ser muito, mas muito propositivos, pensando nas crianças, pensando no futuro. Isso, para mim, é uma tragédia, definitivamente, a gente nem deveria estar batendo isso. Eu, como moradora de comunidade, mas principalmente como uma pessoa comprometida com o povo, que anda pelas comunidades, que faz esse movimento na base. E outro dia um vereador falou que tem “curral eleitoral”; não, tem base, tem base nas comunidades, que dialoga com as pessoas, olho no olho, porque vive nesse espaço. Eu, como esta mulher que representa esses espaços, inclusive, foram essas mulheres também que me colocaram aqui, tenho esse compromisso, tenho esse comprometimento com as mães de família, com aqueles que já não têm nada, sequer esperança e perspectiva de mudança, definitivamente é isso. Nós aqui ficamos debatendo no vazio, porque falamos, falamos, falamos e não somos ouvidos. Quando o Ver. Jonas se levanta e fala: os inimigos do povo. Tem razão, Ver. Jonas; são aqueles que não querem a educação, são aqueles que não querem o saneamento básico, são aqueles que não debatem a necessidade das unidades de saúde, são aqueles que não olham para justiça social, seja com alimentos na escola, com a comida no prato, com a dignidade restaurada, são aqueles que, definitivamente, não andam nas ruas e não veem a realidade do povo. Façam isso, meus colegas, antes de se levantarem aqui com falsos testemunhos e uma narrativa que não cabe, e, na verdade, não coincide com a realidade dessa população. Façam isso e vocês verão como é dura a vida das pessoas que moram nas comunidades, atacadas de todas as formas, atacadas, inclusive, por aqueles que deveriam estar estendendo a mão, votando em política pública de justiça social, de restituição de dignidade e ficam aqui esperando retirar o mínimo, o básico. E assim finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Cecchim, colegas vereadores; boa tarde a todos que nos assistem. Revogar a Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1953, que estabelece a obrigatoriedade de recantos infantis em edifícios de apartamentos residenciais, eu acho que nós não devemos mexer nessa lei, deixa ela existir. Ela já não obriga. Eu acho que essa lei só vai favorecer uma pessoa: o empresário; só vai favorecer o empresário, por quê? O empresário, na hora de comprar o terreno, ele poderá comprar um terreno menor. Eu já deixei de morar em apartamento porque não tinha espaço de lazer para o meu filho, quando era pequeno. E eu comparo com apartamento que não tem garagem, o teu carro fica na rua; a criança também fica na rua. Fora as crianças de periferia, que já não têm espaço, não têm praça, brincam nos becos, nas vielas, nas ruas, à mercê de tudo, da violência. E também aquela que mora no bairro melhor, aquele pai que não tem condição de levar criança em uma praça, a

criança fica presa dentro de casa. O Estatuto da Criança e Adolescente, no seu Art. 71, diz: “A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Eu encaminho aqui, pelo Republicanos, contrário à revogação dessa lei. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste. Brincar. O que que é o brincar? Brincar era correr nas ruas do Partenon, da Vila São José, do Morro da Cruz, jogar bola ladeira abaixo, ladeira acima, meio tempo era para o time que ficava embaixo e o outro meio tempo para o time que ficava em cima. Isso era brincar. Só que as pessoas foram construindo. Eu tinha uma suspeita, acredito que vários vereadores aqui tinham uma suspeita, de que no governo que eu elegi, o governo que eu fiz campanha, o governo que eu fui o primeiro partido a aderir, tinha alguém do Sinduscon dentro do governo, alguém que quer tomar conta da cidade de Porto Alegre, que anda passeando nas vilas e adorando as paisagens da vila: “Olhem que bonito esse visual, que bonito esse local.” Hoje eu tive a certeza de que o Sinduscon botou alguém dentro do governo, quando o secretário Germano manda um documento para cá dizendo que esse projeto é imprescindível para a cidade de Porto Alegre. Mas onde é que esse homem está com a cabeça? Imprescindível o quê, cara pálida? Imprescindível o quê? O brincar é necessário para o desenvolvimento motor da criança; o brincar é a capacidade de intelecto da criança. Como o Ver. José Freitas disse aqui, se não tem praça, tem que ter condomínio com brinquedo. Essa questão dos condomínios, em Porto Alegre, é igual a dos ônibus, Ver. José Freitas, cada vez é mais para cima, cada vez é mais estreito, os apartamentos são cada vez menores; apartamentos de 45m². Quem mora numa casa, muitas vezes, é o tamanho de um quarto os 45m², quem mora em uma casa; mas muitas vezes botam duas famílias, e as crianças vão ficar aonde? Ah, nos *tablets*, nos celulares, brincando, aprendendo a dar tiro, aprendendo a fazer um monte de coisa.

Eu vi vários argumentos aqui, como liberdade. Mas que raio de liberdade é essa? A liberdade do indivíduo passa pelo direito de ele não disponibilizar creche para o seu filho, não disponibilizar escola em tempo integral para o seu filho. As crianças ficaram doentes na pandemia, não tinha escola e não tinha onde brincar; estão todas doentes, vão ter de se ressocializar, agora, as crianças. Fora as atrocidades que já se viu nesta cidade, quando bota campo de futebol no chão, que foi o que aconteceu lá na Zona Norte, botaram no chão um espaço que desde 1981 a comunidade jogava bola, reunia todo mundo. Aí, quando eu vejo o discurso da vice-líder do governo, eu estou achando que quem está falando aqui é a oposição. Fala em saneamento. Mas os condomínios não têm saneamento? Fala em iluminação. Mas esses condomínios não têm a contrapartida

da iluminação? Eu tinha certeza que quando a vice-líder do governo estava falando que era a oposição que estava cobrando do governo, não só os espaços para as crianças brincarem, mas também saneamento, iluminação, que isso tem que ser contrapartida dos condomínios, ou, agora, a Prefeitura também disponibiliza as áreas e vai ser espaço.

Esse negócio aí de revogar a lei, parecia até bonitinho, no início, mas está virando já é sacanagem com o povo de Porto Alegre. A mesma lei agora que quer revogar os espaços infantis nos condomínios, tem uma que quer – eu não entendo, daí, como é que é o critério – acabar com os 2.500m de supermercados em Porto Alegre. Posso chamar essa lei de lei Carrefour? Querem acabar com a lei para beneficiar o Carrefour? Lei Big? Ou os colegas não sabem que lá na ponta da Assis Brasil tem o Big, tem o Smart Club, tem o Atacadão, tudo do mesmo proprietário, o Carrefour, e não tem mais nada em volta, mais nada em volta.

Então está muito bonito esse negócio; vão revogar. Não, cada um compra o que quer. Quando é um pobre, o pobre não tem direito de comprar o que quer; quando o cara vai lá se inscrever para comprar um imóvel, ele não tem o direito de comprar o que quer, porque as construtoras, se bobear, não botam nem vaga de estacionamento nos condomínios populares se não estiver na lei, a lei existe porque as pessoas não fazem e não cumprem. Não fazem e não cumprem! Por isso que existe a necessidade de ter. Aí não se obriga as construtoras a ter vaga de garagem e, aí, se cria Área Azul; Ué, cara pálida! Estou sendo penalizado duas vezes. Aí eu não quero que tenha *playground* nos edifícios, mas eu vendo todos os parques de Porto Alegre! Ué, cara pálida, como é que fica o negócio? E aí vem um secretário do governo dar parecer? Eu vou começar a querer parecer também para os meus projetos, principalmente para o projeto de inclusão, que é o projeto dos autistas, que eu apresentei na CCJ ontem, e disseram que não podia ser lei, que tinha que ser um Indicativo. Mas o que que é isso, cara pálida?! Que mané de Indicativo? Aqui as coisas só funcionam se está na lei e, mesmo assim, tem que se exigir muito, porque a lei diz que tem que abrir 17 postos de saúde até às 24h e está na justiça; a lei diz que tem que ter escola em tempo integral e que está terminando o prazo para todas as escolas serem de tempo integral. A lei diz que os cidadãos são iguais perante todos. Então não pode ter um condomínio de luxo, como eu posso citar o exemplo do condomínio Europa, que agora estão construindo uma baita de uma torre na frente do Iguatemi, do lado de uma área de preservação ambiental, com tudo o que tem direito, inclusive espaço *gourmet* e piscinas individuais em alguns apartamentos. Como é que um pobre lá da vila vai competir com isso? Como é que uma pessoa que está desempregada vai competir com isso? Então tem que ter espaço para as crianças brincarem sim. Nós encaminhamos o voto contrário para essa lei.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente. Bem, eu fiquei muito contente com a intervenção do Ver. Janta, acho que é muito importante. Eu confesso que o Ver. Camozzato tem uma equipe que se dedica, ele gostaria – o sonho do Camozzato, ele não pode fazer isso, porque não é da competência dele, e nem as condições históricas permitem –, Ver. Janta, de abolir a lei que proíbe o trabalho infantil, pela lógica dele só pode ser isso, a lei que proíbe trabalhar sem salário, ele gostaria que fosse livre também, ou seja, se o sujeito quer trabalhar sem salário, que trabalhe. Essa é a tese dele. O Ver. Felipe Camozzato, ao não poder fazer esse tipo de lei, ele vai atrás da legislação de Porto Alegre para ver que leis podem ser revogadas e que prejudiquem os trabalhadores, os pobres, essa é a verdade.

E, agora, encontrou, no governo, um secretário que está se dedicando também a ver como pode fazer com que as empreiteiras, as construtoras tenham uma margem de lucro maior, podendo vender um tipo de construção de menor qualidade, ou seja, eles querem chegar na margem da possibilidade do lucro, eles querem chegar até o limite.

O Ver. Camozzato tem uma vantagem em relação à Ver.^a Nádia, na minha opinião, embora não sei o que que é pior, mas o Ver. Camozzato tem uma teoria nas suas formulações. O Ver. Camozzato é defensor de uma tese teórica que vem do século XIX, que era a expressão de forças sociais que tinham alguma teoria no século XIX, que queriam impedir qualquer tipo de progresso no sentido de garantir regulamentos e leis que protegessem os trabalhadores e os mais pobres da ideia do livre mercado, dá ideia de que o capital tudo pode. No século XIX começou a se estabelecer uma luta de classes maior entre trabalhadores e capitalistas, e essa luta acabou produzindo legislações sociais favoráveis aos trabalhadores.

O Camozzato é daqueles que defendem a teoria reacionária do século XIX, em que tudo isso não podia ocorrer. Esse movimento que ficou conhecido depois como neoliberalismo voltou a ter um certo peso nos anos 1980.

A Ver.^a Nádia, no caso, não tem teoria, ela tem a formulação, ela vai atrás dessa formulação, mas eu acho que, teoricamente, não sei se ela sustenta esse tipo de pensamento, acho que ela vai mais numa linha do senso comum, que é um senso comum também que está achando que tudo pode contra os trabalhadores e contra o povo, porque parecia até mentira o que eu estava escutando; quer dizer, esse argumento de que cada um compra o que quiser. O único efeito que tem essa lei tem é de proteger as crianças da classe trabalhadora, porque não é o problema, eu vi alguns vereadores da oposição falando que não é possível que vereadores estejam defendendo a revogação dessa lei e sejam pais, ou sejam mães; não, eles são pais e mães de uma classe social que mora em condomínios que têm todo tipo de vantagens para as suas crianças, que tem *playground*, que tem acesso à educação, à saneamento. O que eles estão tentando produzir são leis que atrapalhem e que diminuam a qualidade de vida da classe trabalhadora. Os únicos beneficiados desta lei são os empresários que fazem investimento em moradias populares que, no caso de uma lei como essa, se aprovada, terão um padrão menor, um padrão de melhor qualidade. É só esse o sentido. Por isso que eu fiquei contente com a fala do Ver. Janta, porque a fala do Janta mostra isso,

o Janta, a seu modo, e nós temos muitas divergências, mas o Janta, a seu modo, em muitos momentos, ele sabe perceber quando existem interesses de classe envolvidos de modo muito claro, quando há quase um preconceito de classe em algumas propostas.

Esse tipo de formulação que é apresentada pelo Camozzato, é isso, é simplesmente para tirar o direito – o direito –, daqueles que necessitariam, em tese, de serem defendidos pelo estado, se o nosso estado fosse de fato um Estado para defender os trabalhadores. Quando existem leis neste estado, políticos, como o Camozzato, tratam de tirar e, infelizmente, esse setor de direita que tem na Câmara de Vereadores dá apoio. Espero que a maioria seja contrária a essa revogação. Muito obrigado, Presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLL nº 078/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Márcio e demais colegas vereadores, eu também pretendo aqui ser bastante objetivo, mas manifestar o nosso posicionamento contrário à proposta do Ver. Camozzato que tenta retirar a exigência de espaços infantis nas construções. O nosso entendimento é que essa lei, embora me pareça que seja já um consenso, que haja já uma normalidade, uma regra e uma cultura de que as nossas construções já se encarreguem de garantir o espaço para as nossas crianças, mesmo assim a legislação é histórica e necessária que permaneça. Não há nada mais eficiente nesse sentido de que a gente, ao invés, com todas as dificuldades que o Município tem em garantir espaços públicos, muitas vezes em periferias, em locais mais distantes onde a Prefeitura, muitas vezes, demora para garantir serviços de qualidade, uma conservação dos brinquedos, dos espaços. Eu fui secretário, a gente pode iluminar tantas praças, praças mal iluminadas em algumas situações, ainda não são todas que estão completamente bem iluminadas, ou que são praças seguras, porque muitas vezes ocupadas por situações que trazem ao pai a insegurança de levar o seu filho depois do trabalho numa área pública.

Então os espaços, dentro dos condomínios, espaços dentro da estrutura privada, a obrigação de que se reserve esse espaço, é algo extremamente fundamental. Olha, não é o fato de eu ser pai, mas eu quero dividir aqui com todos os colegas vereadores, esses espaços são fundamentais para que a criança possa se desenvolver, para que os pais possam, dentro dessa nova arquitetura, pela exigência que a cidade tem feito cada vez apartamentos menores, muitas vezes com uma iluminação solar muito ruim, um espaço onde que a criança possa correr, onde a criança possa pegar o sol, e que tenha a segurança, porque muitas áreas são inseguras.

Então eu percebo, Ver. Camozzato, eu sei que suas propostas aqui na maioria das vezes nós divergimos, mas essa aqui eu tenho que reforçar a divergência. Acho que a revisão da legislação da cidade é algo importante, eu reconheço, estou aqui pronto para debater, mas essa foi mais uma avaliação infeliz que o senhor aqui trouxe

para nós, como foi na tentativa de tirar a exigência também de obras de arte, tão bonitas em prédios que tem tido um grande êxito nesse sentido.

Eu acho que nós não iremos mudar o cenário, nós não daremos para construção civil menos custo, isso não vai impactar em nada no preço dos imóveis, pelo contrário, a lógica que garante, que estabelece o preço para os imóveis é outra e não os custos. Aliás, os custos incorporados aos custos sociais é mais do que uma obrigação, porque isso, ao invés das argumentações trazidas, de que possa gerar qualquer tipo de custo, enfim, que nós possamos garantir através de uma legislação e que essas construções possam garantir esses espaços para as nossas crianças. Então evidentemente que a nossa bancada, eu e o Ver. Márcio Bins Ely, vamos votar contra a sua proposta de revogação dessa legislação histórica e importante da nossa cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra discutir o PLL n° 078/18.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridos e queridas colegas de plenário, cidade que nos ouve, mães, pais, jovens que, no futuro, também serão pais e mães – eu não sou pai ainda, poderei sê-lo –, eu me dirijo a vocês, que tentam criar os filhos nesse mundo tão difícil, com muita violência, descaso, desrespeito à infância. O mundo capitalista é por si só um mundo em que o dinheiro vem em primeiro lugar. A vida não vem em primeiro lugar. O desenvolvimento social, cultural das pessoas é secundário. Aqui vocês veem o partido NOVO sendo um emissário dessa visão de mundo que, na minha opinião, não é uma visão de mundo que deva ser comungada pelas vereadoras e pelos vereadores que pensam no futuro, o futuro é a juventude. Se nós queremos uma juventude, temos que escutar também a ciência, a juventude valorizada. Eu tive o privilégio de fazer graduação em pedagogia. Estudar, compreender como se desenvolve uma criança, como se desenvolve um ser humano, nas suas várias dimensões, precisam ser acolhidos. Hoje, principalmente quando as mães e pais estão mais tempo fora de casa do que dentro, é preciso que os espaços de habitação supram um espaço, que no passado existia, de mais convívio com as crianças. Hoje o trânsito, por exemplo, prende os pais e mães, pelo menos, por duas horas, são duas horas de ida e de vinda em que não convivem mais com o seu filho, mas, dentro de um condomínio, por exemplo, esse filho pode ter um espaço de recreação e convívio com os demais. Eu cresci na periferia, brincando na rua, jogando taco, futebol, vôlei, pega-pega, naquele tempo era seguro brincar na rua. Hoje, nesse mesmo lugar, já não é mais seguro, como a senhora bem disse, a violência cresceu muito. As pessoas não estão morando em condomínio porque querem, muitas vezes é porque é o único lugar onde se sentem seguros num mundo em que o dinheiro vale mais do que os valores, mais do que a construção coletiva.

Para que esses condomínios sejam de vivência, sejam de relação entre as pessoas, nós precisamos pensar na criança, esse ser em desenvolvimento. Ele não é um

miniadulto que tem que só ir à escola, estudar, crescer e virar um trabalhador; ele tem que ter espaços de lazer. Quem conhece a saúde sabe que o desenvolvimento ósseo, dos músculos da criança precisam de atividades físicas. Nós não podemos deixar nossa infância, Ver. Felipe Camozzato, refém do *smartphone*, do *notebook*, das tecnologias. Nós, que pensamos na infância real, democratizada, que todos se desenvolvam em todas as habilidades, temos que pensar que essa lei jamais deveria ter vindo a esta Casa para ser revogada, jamais. Com todo o respeito, Camozzato, respeito a sua ideologia neoliberal, mas neste momento você erra feio, porque não considera as infâncias que vêm depois da gente. Nós tivemos direito à infância e queremos que as nossas futuras infâncias não fiquem condenadas às salas de concreto, às paredes. Não, vamos pensar diferente, vamos construir uma cidade mais humana, uma cidade que pense nas nossas crianças também. A política pública que é implementada pelo Executivo proposta na legislação pelos vereadores, não pode estar aquém do seu povo, ela não pode negar a ciência. E aqui estão negando hoje todo o avanço nas ciências da saúde, da educação. Não, não faça isso, Ver. Camozzato, retire o seu projeto. Faça um encaminhamento aqui, o senhor ouviu tantos vereadores, nenhum defendeu isso. É preciso ouvir e construir. Vai se fazer maioria aqui contra a revogação desse projeto, porque nós temos várias diferenças ideológicas, agora, com certeza, a maioria deste Parlamento é a favor da criança porto-alegrense. É por isso que o meu voto será contrário ao seu projeto em defesa das infâncias e do futuro desta cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL nº 078/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, quero saudar os colegas vereadores, especialmente aqueles que se manifestaram, e trazer alguns esclarecimentos aos colegas, porque não só quem acredita na revogação dessa lei é a favor das crianças, também são a favor de um debate honesto. A Lei nº 1.180, de 1953, foi criada quando sequer havia o Estatuto das Cidades, nem legislação de Plano Diretor.

O Estatuto das Cidades e o Plano Diretor trouxeram obrigações de recuos, jardins, áreas comuns, coisas que naquela época não existiam. Além disso, essa legislação não está regulamentada porque ela é impraticável. Todos os recantos infantis que existem na cidade, hoje, foram construídos sem nenhuma lei obrigando, sem absolutamente nenhuma lei, e não tem absolutamente nenhuma intenção, a não ser nas palavras daqueles que não compreenderam o projeto, em tirar recantos ou proibir recantos de serem construídos. Aliás, eu acredito que eles seguirão sendo construídos, é isso que tem sido feito nos últimos 50 anos. Nós vemos algumas falas aqui que são completamente absurdas, insanas. Quando o Ver. Roberto Robaina fala sobre revogar a lei do trabalho infantil, é um negócio que eu não sei nem como rebater isso, porque é

como se eu associasse ao Ver. Robaina a defesa de genocídio, porque ele é psolista. É olhar o cara que é socialista, logo ele é a favor de genocídio, de captura de presos políticos e tudo mais. Não é por aí. Eu esperava mais dos argumentos dos colegas que foram nessa forma e não foram nos argumentos técnicos.

Eu entendo que há um debate muito importante sobre os recantos infantis existirem, e eles estão lá e seguirão lá. Agora me preocupa muito, especialmente o jovem negro de periferia que vive, por exemplo, com uma bolsa e tem uma quitinete para sustentar aqui no Centro. Esse cara vai precisar pagar um aluguel maior, um IPTU maior, um condomínio maior, o custo do imóvel é maior, e talvez ele não queira. Na verdade, nós estamos só dando a opção para aqueles que não precisam poderem escolher habitações onde possam se instalar. Isso que a revogação dessa lei sequer vai causar esse impacto porque ela já não é regulamentada. Por exemplo, o Ver. Giovane Byl perguntou sobre habitações sociais. As habitações sociais, não por conta da lei, elas já são determinadas a ter os recantos e permanecerão assim. Não tem como não ser. E essa é uma preocupação superlegítima, e que me preocuparia também, agradeço a todos os vereadores, conversei com, praticamente, todos eles para explicar as nuances desse projeto e porque a segurança jurídica nesse caso era importante.

Porto Alegre ocupa uma das piores posições no *ranking* de competitividade na construção civil, porque tem muita insegurança jurídica. Quando a gente não tem investimentos ou afasta investimentos da cidade, nós afastamos empregos, renda, oportunidades das mais diversas, e é isso que nós queremos corrigir. Nós queremos permitir que quem não tem condições financeiras de arcar com um aluguel mais caro e não precisa do recanto possa escolher onde morar, que as pessoas não precisem gastar com coisas de que elas não tenham necessidade. Aliás, debatendo com a Ver^a Laura Sito, fora da tribuna, ela estava preocupada se as construtoras não tinham interesse nisso. Eu digo, elas têm interesse em manter a lei obrigatória. Uma lei que obriga a ter recantos faz com que todas as construções tenham que botar esse custo e ela vai ganhar em cima do metro quadrado vendido. Para a construtora é bom quando a lei obriga sacada, churrasqueira, sala *gourmet*, para ela não faz a menor diferença; vai vender igual. Agora, para quem é pobre e precisa pagar menor aluguel, menor IPTU, menor condomínio, isso faz diferença. E faz diferença a insegurança jurídica também, porque um processo de construtora, na justiça, tramitando para não precisar construir, tem custo de advogado, honorários, que virarão custo de obra, custo para o morador, custo para a sociedade.

Eu não sei por que o debate se tornou tão polêmico, uma vez que a lei não está nem regulamentada, porque é impraticável. Tudo que se tem hoje de recanto infantil existe à revelia de existir lei, e seguirá existindo. Somos favoráveis às crianças, à liberdade de as pessoas poderem escolher como querem morar e, obviamente, somos favoráveis a que, especialmente as pessoas mais pobres, não sejam obrigadas a pagar por aquilo que não lhes convêm. Acho que aqui é o principal ponto, basicamente são esses pontos. O debate dos discordantes que vi aqui estavam bastante equivocados, porque entraram no mérito de discutir se vamos destruir os atuais recantos, ou se vamos proibir. Não se trata disso. Queremos, sim, que os recantos existam, seguirão existindo,

seguirão sendo construídos e não por conta dessa lei que sequer está regulamentada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 078/18.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bens Ely; colegas vereadores, “querem roubar a infância”, esse é o argumento, Ver^a Fernanda, queria eu que a esquerda tivesse a preocupação com a infância quando relativiza o papel da família na educação, por exemplo, dos nossos jovens, das nossas crianças. Por que dizem “querem roubar a infância?” Porque nós estamos defendendo a retirada de uma obrigatoriedade que, tenho certeza, a maioria dos porto-alegrenses sequer sabe que existe: a obrigatoriedade da construção de recantos infantis, *playgrounds* em empreendimentos imobiliários – obrigatoriedade.

Vocês imaginem essa ânsia de querer mandar no que é dos outros, na livre iniciativa, na iniciativa privada. Imaginem eu ir à casa do Ver. Aldacir Oliboni e dizer: Ver. Oliboni, essa tua cozinha nós vamos ter que refazê-la porque tu tens a obrigatoriedade de colocar uma dispensa na sua casa. Eu vou mandar na tua casa. Eu vou dizer como tu deves organizar a tua casa. Num condomínio, num empreendimento imobiliário, é algo muito parecido. O empreendimento imobiliário, a construção civil, que, aliás, é a que mais emprega neste País, tem se diversificado muito, inclusive tem se especializado muito. Recentemente eu fui conhecer um empreendimento novo na cidade, um prédio cuja vocação daqueles que ali estão investindo e querendo vender imóveis, apartamentos, a terceira idade, Ver. Pedro Ruas. Um prédio com adaptação diferente, com acessibilidade, um prédio para idosos. Agora, imaginem que a lei em Porto Alegre obriga que o prédio de idosos tenha *playground* para crianças. Quem paga isso? Quem paga essa conta? O Ver. Felipe Camozzato foi muito feliz em dizer que os mais pobres pagam, porque, quando tu tens uma obrigatoriedade desse nível para empreendimentos privados, obviamente a construtora, o empresário, que alguns aqui demonizam a figura do empresário da tribuna, mas é ele que gera emprego e renda, é ele que assina a carteira de trabalho para o povo trabalhador da nossa cidade, ele não vai tirar do lucro ou bolso dele para fazer um *playground* obrigatório. Ele vai acabar colocando na conta, muitas vezes, daquele que mais precisa, daquele que menos pode pagar, mas terá que pagar mesmo sendo uma pessoa de idade, sem filhos, sem netos, mesmo sendo uma pessoa que jamais vai usufruir do *playground*; ele está lá pagando. E essa obrigatoriedade que querem manter, é esse peso no bolso do povo trabalhador que querem manter, o que é inadmissível.

Minha colega Bruna, do PCdoB, que me provocou, tu tens filhos? Tu moras num prédio ou num condomínio que tem *playground*? É verdade, tu tens uma filha de seis meses agora. Nós temos no prédio um *playground*, que eu não utilizo. Eu prefiro ir à praça que fica próxima ao condomínio, curtir a praça com a minha esposa, ver o

movimento, eu não utilizo o *playground*, aliás, são poucos que utilizam. Para que aquela obrigatoriedade? Por que estamos pagando por aquilo? Há praças na cidade, nós temos 670 praças, e essa é uma outra discussão. Temos 670 praças que precisam ser qualificadas. Na nossa gestão, quando eu estava na secretaria de serviços urbanos, nós terceirizamos, passamos para a iniciativa privada o primeiro contrato da história de Porto Alegre para fazer a manutenção de equipamentos de praças e parques, passeios, bancos, quadras esportivas, que são os equipamentos que, obviamente, transformam o local público efetivamente agradável ao público. Mas não é essa a discussão, estamos falando de empreendimentos privados, Bruna, da iniciativa privada, que geram empregos e renda, e que as pessoas tenham a liberdade de pagar por aquilo que efetivamente usufruem.

Quero agradecer ao meu vice-líder, querido Gilson Padeiro, também ao nosso líder Ver. Moisés Barboza, que está aqui no formato *on-line*, por ter concedido o espaço de liderança do PSDB, para que possamos encaminhar, portanto, Ver. Felipe Camozzato, sim, positivamente à revogação desse projeto. Aguardamos que mais revogações venham, porque deslegislar, ao contrário do que muitos dizem aqui, também é uma forma de legislar neste País, diminuído a burocracia e as amarras próprias da máquina pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esgotado o prazo regimental, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h43min)

* * * * *